



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA**

FRANCINALDA SOUSA LIMA

**TECENDO REFLEXÕES
SOBRE A EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

CAJAZEIRAS - PB

2007

FRANCINALDA SOUSA LIMA

**TECENDO REFLEXÕES
SOBRE A EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em Plena em Pedagogia do Centro de Formação de Professores da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciada em Pedagogia.

Orientadora: Professora Ma. Maria Janete de Lima.

CAJAZEIRAS - PB

2007



L732t Lima, Francinalda Sousa.
Tecendo reflexões sobre a educação inclusiva /
Francinalda Sousa Lima. - Cajazeiras, 2007.
72f.

Monografia(Licenciatura em Pedagogia)Universidade
Federal de Campina Grande, Centro de Formação de
Professores, 2007.
Contém Bibliografia.
Não disponível em CD.

1. Educação inclusiva. 2. Auto-estima. 3. Escola
Profissional Monte Carmelo. 4. Educação Infantil. 5.
Relação- pai e professores. I. Lima, Maria Janete de. II.
Universidade Federal de Campina Grande. III. Centro de
Formação de Professores. IV. Título

CDU 376

Dedicatória

Aos meus pais e minha família, as Irmãs Missionárias Carmelitas, pelo carinho e compreensão, aos amigos(as), pela presença encorajadora, as educadoras da Escola Profissional Monte Carmelo (Cajazeiras-PB) e Educandário São José (Princesa Isabel-PB) pelo desempenho educativo ajudando as crianças e adolescentes a resgatarem a dignidade da vida humana e a construir cidadania, as educadoras e mestras Maria de Lourdes Campos e Maria Janete de Lima, pelo seu compromisso para com a educação.

Agradecimentos

À Deus por sua presença em todos os meus atos

À Virgem do Monte Carmelo, Mãe e Mestra.

As Irmãs Missionárias Carmelitas, em especial, a Comunidade do Carmelo, como também as Irmãs Adenice Guilherme dos Santos e Antonia de Araújo Pinto pela presença fraterna e solidária.

À Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, especialmente na pessoa da educadora e mestra Maria Gerlaine Belchior (Coordenadora do Curso) e Joana Darc Gomes (Secretária) pelo bom atendimento e acompanhamento fazendo acontecer a construção de uma sociedade democrática eliminando os preconceitos e diferenças sociais.

A todos aqueles que direta e indiretamente contribuíram na caminhada do dia-a-dia, objetivando construir um mundo de justiça e fraternidade, onde todos possam ter vida digna.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	02
1- EDUCAÇÃO INCLUSIVA UM PROJETO A CAMINHO	05
1.1 Educação e política: uma parceria necessária.....	05
1.2 Conflitos Sociais na prática da inclusão e do respeito aos direitos constitucionais	06
1.3 Iniciativas e experiências de atividades e projetos de inclusão.....	08
1.4 A Legislação e as estratégias inclusivas do sistema educacional brasileiro	09
2- ALTERNATIVAS À INCLUSÃO SOCIAL COMO UMA PRÁTICA DE HUMANIZAÇÃO.....	12
2.1. Os programas Acelera Brasil e Se Liga Paraíba na conjuntura educacional.....	12
2.2 Ambiente sócio-histórico do surgimento dos programas de correção de fluxo série/idade Se Liga Paraíba e Acelera Brasil	13
2.3 A importância da valorização da auto-estima para o bom êxito dos programas	19
3- A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA ESCOLA PROFISSIONAL MONTE CARMELO.....	22
3.1 Metodologia.....	22
3.2 Análise do estágio.....	23
CONCLUSÃO.....	32
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	34

ANEXOS	36
1. DIAGNÓSTICO DA ESCOLA	37
2. PROJETO DE ESTÁGIO	45
3. CRONOGRAMA DO ESTÁGIO	49
4. PROJETO PARA A ESCOLA SOBRE EDUCAÇÃO INCLUSIVA.....	57
5. QUESTIONÁRIOS DE PESQUISA	61
6. ENTREVISTAS	64
7. TEXTOS DE APOIO	66

RESUMO

O presente trabalho tem por tema: *Tecendo Reflexões sobre a Educação Inclusiva* e como objetivo, tecer reflexões sobre a educação inclusiva, e trabalhar alternativas a esta problemática. Discutiremos a dimensão política e as devidas atitudes para com as crianças com necessidades educativas especiais e o trabalho com a sua auto-estima. Serão enfocados alguns casos práticos, como os programas de correção de fluxo serie/idade, a Central de Material Didático e as suas devidas contribuições para a inclusão escolar. Em anexo conta a construção de um projeto para a escola intitulado: O mundo pode ser melhor respeitando as diferenças, com resultado do estágio. A Metodologia se dará a partir de uma pesquisa-ação. A elaboração consta de pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo, sendo esta através de aplicação de questionário e observação. Socializamos os conhecimentos adquiridos, com a comunidade escolar através das reuniões de estudo durante o estágio supervisionado. A pesquisa foi realizada com alunos, de pais e de professores da referida escola. A pesquisa foi realizada na Escola Profissional Monte Carmelo, tendo como foco os programas de correção de fluxo antes mencionados. Acreditamos que este trabalho se constitui numa contribuição sistematizada sobre os programas citados no sentido de contextualizar a prática pedagógica do supervisor, necessitando sem dúvidas de futuros aprofundamentos para se constituir em análise qualitativa e quantitativa. Mesmo sabendo que esta discursão precisa ser empreendida em todos os âmbitos da sociedade e que a limitamos de certa forma a política e a educação, e que ainda tem muitos horizontes a transpor acreditamos que um dia as pessoas com deficiência ou diferenças serão atendidas em seus direitos e respeitadas tanto quanto as demais pessoas. Por assim acreditarmos este trabalho veio abrir espaços de debates e de conscientização e ao mesmo tempo inspirar atitudes e compromissos com esta causa afinal *“Nem todos que tentaram conseguiram, mas todos que conseguiram, tentaram um dia”*.

Palavras chave – Educação inclusiva, programas de correção de fluxo serie/idade, auto-estima.

INTRODUÇÃO

Contextualizando o tema em pesquisa: Tecendo reflexões sobre a Educação Inclusiva, a escola é um direito assegurado pela Constituição Federal a todos cidadãos brasileiros em especial as crianças na faixa etária dos 7 aos 14 anos de idade, no entanto muitas crianças ainda estão fora da escola por vários motivos como o trabalho infantil, por exemplo.

Os Programas *Acelera Brasil* e *Se Liga Paraíba*, criados e desenvolvidos pelo Instituto Ayrton Senna – IAS adotados pelo estado da Paraíba apresentam-se como programas de inclusão escolar no que se refere a correção de fluxo idade/serie. Baseada nisto a Secretaria de Educação do Estado da Paraíba, em cumprimento aos objetivos de escolarização, determina que, segundo a faixa etária pré-estabelecida pelo Estado, o aluno deve cursar, obrigatoriamente, o ensino fundamental entre os 07 a 14 anos.

Deste contingente, muitos alunos são obrigados a ingressar no mundo do trabalho, e como a escola não desenvolve, pedagogicamente, essa realidade, torna-se desinteressante para essas crianças e adolescentes, desencadeando, assim, a evasão escolar. Esse processo gradativo de evasão ou “exclusão escolar” se dá também por outros fatores, como por exemplo, a metodologia inadequada do educador. Desta forma os educandos são levados à reprovação e repetência, às vezes por vários anos, exigindo programas emergenciais para se reintegrar ao sistema.

Consideramos, portanto uma educação inclusiva as práticas que tenham como base a formação para o exercício da cidadania e da democracia, e para a capacitação no trabalho com as exigências do mundo informatizado, tecnológico e globalizado.

Interessa-nos, portanto investigar a efetivação dos resultados dos programas citados uma vez que estes se propõem à alfabetização e aceleração da aprendizagem de alunos com deficiências cognitivas e que são repetentes em mais de um ano letivo. Posto que propõem se ao ensino da leitura, da escrita e do cálculo, habilidades basilares

para a inserção na sociedade e conseqüentemente no mundo do trabalho, o que exige habilidades de liderança, gerenciamento, participação etc.

A partir de nossa prática como Coordenadora Pedagógica observamos que os programas enfrentam dificuldades, no tocante à aceitação por parte de pais e educadores por trazer em si uma controvérsia, qual seja retirar do sistema normal de ensino os alunos para só depois devolvê-los evidenciando assim as dificuldades das crianças. Interessa-nos também pesquisar a possível influencia dessa “rejeição” como componente que vem dificultando a efetivação de resultados positivos destes programas na escola em estudo.

Frente a esta problemática da inclusão escolar vimos trabalhar mais especificamente os Programas de correção de fluxo idade - série, Acelera Brasil, Se Liga Paraíba do Instituto Ayrton Senna, que estão sendo executados em vários Estados do Brasil. Baseado na atual LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9394/96 temos o suporte para tais programas:

A Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96, no seu Capítulo referente à Educação Básica, Artigo 24, inciso V alinea “b”, possibilita à aceleração de Estudos para alunos com atraso escolar (LDB, 1997, p.91).

A referida Lei assegura que o aluno não pode ser excluído da escola, pois a instituição tem a obrigatoriedade de conduzir o aluno na busca de superar a defasagem cognitiva. Os programas em estudo se mostram como um caminho para a “Pedagogia do Sucesso” que se propõe a ajudar no crescimento individual e coletivo dos alunos, levando-os a acelerar a série, garantindo a permanência e desenvolvimento na série seguinte.

Assim frente as suas metas e objetivos vimos analisar sobre as contribuições dos programas para uma política educacional de fato, inclusiva, ou seja, faz – se necessário a percepção das causas que levaram os alunos a precisarem dos programas de correção de fluxo. As dificuldades que os professores enfrentam em desenvolver as atividades propostas pelos programas. Os mitos que cercam os programas de correção de fluxo, que fazem com que pais se recusem a matricularem seus filhos nessas salas. Porque os

alunos se mostram desmotivados para participarem das atividades propostas. No âmbito geral, qual a preocupação do Estado da Paraíba para com a efetivação destes programas, visto que, numa dimensão maior, o Ensino Fundamental tem sido encarado com descaso, no sentido da aprendizagem dos alunos e na simples aquisição de habilidades como leitura e escrita, entre outras.

De acordo com a leitura dos documentos que direcionam os programas a auto-estima dos educandos e educadores é parte diretiva do programa, de modo que todos os envolvidos possam atingir os objetivos do programa. Nessa linha de raciocínio, podemos questionar o desempenho administrativo dos programas, posto que existem contradições, quando os programas não disponibilizam os materiais necessários, e a remuneração dos educadores participantes não é compatível com as horas dedicadas às atividades.

Objetivamos analisar as contribuições dos programas Acelera Brasil e Se Liga Paraíba na construção de uma educação inclusiva; e especificamente historicizar os programas; pesquisar as causas que levam os alunos a distorção idade/serie, identificar as dificuldades de efetivação dos programas e as contribuições por eles oferecidas e finalmente refletir junto aos pais e educadores as dificuldades e contribuições dos programas.

A Metodologia se dará a partir de uma pesquisa-ação. A elaboração consta de pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo, sendo esta através de aplicação de questionário e grupo focal. Socializaremos os conhecimentos adquiridos, com a comunidade escolar através das reuniões de estudo durante o estágio supervisionado. A pesquisa foi realizada com alunos, de pais e de professores da referida escola. A pesquisa será realizada na Escola Profissional Monte Carmelo, tendo como foco os programas de correção de fluxo antes mencionados.

Acreditamos que este trabalho se constitui numa contribuição sistematizada sobre os programas citados no sentido de contextualizar a prática pedagógica do supervisor, necessitando sem dúvidas de futuros aprofundamentos para se constituir em análise qualitativa e quantitativa.

1. CAPITULO

Educação Inclusiva um projeto a caminho

1.1 Educação e política: uma parceria necessária

A partir dos estudos e leituras entendemos que não basta a educação formal para transformar o mundo no melhor lugar para homens e mulheres, nem mesmo uma educação cidadã, responsável e comprometida com a transformação social. A educação por si só, não é capaz de garantir uma sociedade justa e equânime.

De modo que, ao garantir maior escolaridade em nossa sociedade, não estaremos garantindo, de imediato, a resolução das discrepâncias sociais. Não é à toa que a cartilha neoliberal prega o investimento em educação. Essa filosofia acaba por responsabilizar o indivíduo por sua situação precária, dá a entender que o motivo da pobreza, ou da não-inclusão, é a falta de estudo e não do sistema que, por sua natureza, acaba excluindo milhares de trabalhadores. Nessa lógica, basta investir em educação para garantir uma sociedade justa.

A educação é, sim, o caminho mais curto para estender o conceito de cidadania a todos os cidadãos. Todavia, o processo educativo deve caminhar estrategicamente vinculado aos princípios da equidade, ou seja, da construção de uma sociedade que respeite a diversidade e que saiba conviver com as diferenças, sejam elas de religião, opção sexual, gênero, entre outras diferenças e opções.

No pensamento de Oliveira (2004), *“A proposta de uma nova política para a educação parte do princípio de que a escola só dá certo quando o aluno dá certo”*. Tal afirmação parece pouco otimista, diante do quadro caótico em que se encontra a Educação, no que diz respeito à repetência, à evasão e tantas outras defasagens dentro da escola.

É, pois, o nosso desejo que todos vivamos o tempo presente em sintonia com as inesgotáveis possibilidades do conhecimento, e que nos convençamos das potencialidades humanas. Quiçá, fosse mais simples converter em realidade o sonho de uma escola para todos.

Vivenciamos numa sociedade colonizada, que dividiu homens e mulheres entre colonos e colonizadores; numa sociedade escravocrata, que dividiu homens e mulheres entre gente e objeto; numa sociedade de classes, que divide homens e mulheres entre os que são donos e os que precisam de modo que não podemos pensar em justiça sem antes considerar a inclusão no sentido de romper a apartação do acesso das classes populares à riqueza social.

É necessário um processo reparador, aonde a educação vem como caráter indenizatório, reconhecimento e a restituição das perdas ao desenvolvimento humano causados pela cultura elitista, dominadora, machista e pela subordinação econômica a que o neoliberalismo nos submete como parte dos países emergentes.

Ser indenizatória significa que a educação deve adotar estratégias e políticas capazes de gerar apoios qualificados e diferenciados àqueles que tiveram desvantagens, efetivando seu potencial de desenvolvimento humano. É preciso rever nossos currículos escolares para incorporar a discussão acima citada. Precisamos construir uma pedagogia da inclusão. Não basta a palavra de ordem: “Toda criança na escola”. Ousar, dar um salto de qualidade e comprometer a escola, a sala de aula e as atividades educativas com o processo mais amplo de inclusão social. Ter coragem para não fugir do que desafia a competência de ensinar. Não podemos permiti ou querer que as nossas crianças se acomodem também e que se contentem de terem aprendido o velho (aquilo que os professores sabem e lhe ensinam).

1.2 Conflitos sociais na prática da inclusão e do respeito aos direitos constitucionais

A Constituição Federal Brasileira de 1998 determina o direito ao ensino fundamental para todo cidadão brasileiro. Os brasileiros têm direito a oito anos de estudo o que deve ser afiançado por responsabilidade pública e social. No entanto, em termos instrucionais, esse direito é violado. Vejamos como acontece: A criança de

classe média ou média-alta tem agenda da escola completada com outras atividades como danças, inglês, informática, natação, futebol, terapias etc. A criança de família de baixa renda tem seu universo de possibilidades restrito à escola, quiçá à sala de aula (quadro, giz, apagador).

Podemos constatar o descaso para com a educação diante do péssimo estado de conservação das escolas e ou com orientações pedagógicas excludentes, ou seja, quando os educadores não têm compromisso para com a docência ou formação política pedagógica suficiente para desenvolver atividades qualificadas e conseqüentemente inclusivas. O poder público, em sua quase totalidade, encara o problema da educação de forma bancária, sob a ótica dos equipamentos escolares, descolado do território físico, social e de cidadania onde se instalam as escolas.

Da mesma forma, a escola pública é vista como aquela destinada para os que não têm cidadania, direitos. Essa realidade distancia a integração escola-comunidade, escola-meio, criança-meio, onde a vida cotidiana “ não parece ser suficientemente aproveitada para a estimulação intelectual dos alunos, processo central numa escolarização de massas para uma igualdade de oportunidades e sucesso” (Stoer Araújo, 1992, p.162). A escola deve tanto ou mais preparar para o exercício da cidadania quanto grande parte de seus alunos parecem fadados ao trabalho precoce, e não só ao trabalho doméstico.

A existência de uma economia não-oficial, clandestina, de trabalho precário, rotineiro, intenso e de baixos salários, não parece poder desligar-se dos dois padrões de aprendizagem que caracterizam tanto a vida familiar como a vida escolar. Tanto uma como outra (...) podem ser consideradas como fazendo parte da “subterraneidade” do mundo do trabalho que envolve esses jovens. Tanto uma como outra podem construir condicionantes na forma como a escola de massas e sua expansão são percebidas pelos jovens e suas famílias (ou encarregados de educação em geral), e na forma também como a realidade institucional é vivida por eles (STOER, ARAÚJO, 1992, p.163).

A realidade da criança de periferia, descrita por ela mesma, é tão plena de obrigações (cuidar de irmão, da casa, da comida) que sem dúvida seu viver configura o não lúdico, a própria perda da infância. Trata-se da antecipação da vida adulta, seus pais

ocupados no trabalho para garantir a vida, ora desempregados ou somando bicos. A relação entre a cultura da escola e a cultura local é fundamental para fazer da escola um espaço de articulação de mentes e não só de corpos (dos alunos), das emoções e desejos das crianças. Essa valorização é que permite uma nova via de inclusão e cidadania.

Podemos aqui também dizer que o programa do tipo Bolsa-Escola, hoje Bolsa Família afirma a convicção de que é preciso indenizar a família pelo acesso da criança à escola. A condição de privação familiar passou a exigir uma ajuda financeira mensal do Governo para que a família deixe o filho freqüentar a escola: ir à escola passa a fazer parte do orçamento da sobrevivência familiar.

1.3 Iniciativas e experiências de atividades e projetos de inclusão

Neste sentido existem experiências positivas, ou seja, iniciativas que promovem inclusão, por exemplo, Fóruns Regionais de Defesa da Criança e do Adolescente que já acontecem em quase todas as regiões do país, envolvendo Conselho Tutelar, Técnicos, Professores, representantes de movimentos educacionais e da luta pelos direitos da criança e do adolescente realizados no estado da Paraíba em especial no alto sertão, sendo o 4º realizado na cidade de Cajazeiras.

O Fórum desenvolve-se em reflexões e sugestões de soluções para os mais variados problemas enfrentados pelas nossas crianças e adolescentes, dentre eles as condições de rede de ensino. Esse procedimento, de fora para dentro da escola, assinala a busca de coerência entre escola e inclusão social. Existem ainda Projetos como a Central de Material Didático – CMD do Centro de Formação de Professores / UFCG que favorece a prática de parceria Universidade e Comunidade, ampliando e desenvolvendo o construir juntos o conhecimento. O método utilizado vem a oferecer um caminho que prioriza a problematização do saber ler e escrever dos educandos de escolas públicas.

O Projeto CMD citado constitui uma oportunidade educacional de utilização do lúdico, apresenta os jogos como instrumentos no processo de aprendizagem, proporcionando assim, o interesse e o prazer de aprender. Aponta perspectivas e avanços na leitura e escrita, construindo e reconstruindo seu saber, a criança afirma sua auto-estima individual e coletiva, e automaticamente amplia seu conhecimento. Traz

como objetivo geral, produzir e difundir material didático-pedagógico a partir de material de baixo custo. E ainda como objetivos específicos: Contribuir para formação inicial e continuada dos professores das séries iniciais e Promover a melhoria do desempenho das crianças, especialmente, em leitura e escrita.

A Metodologia do CMD se constitui Mini-cursos, Capacitação de professores, Oficinas de produção e distribuição de materiais didáticos e Leitura e discussões de textos. Este projeto é de suma importância, pois possibilita o entrosamento Universidade e Comunidade favorecendo a aprendizagem das crianças onde o conhecimento é construído de forma coletiva. A metodologia usada é como uma ponte que conduz os educandos de volta a sala de aula com o conhecimento aprimorado.

Normalmente, as crianças que sentem dificuldades na leitura e escrita tende a ser discriminada pelos seus colegas e ou até mesmo seus professores. O Projeto vem de maneira prazerosa resgatar o interesse por aprender do educando. Com o lúdico, aprender fica mais fácil, assim sendo, a Central de Material Didático promove a inclusão dos alunos na escola. As crianças saem da sala de aula por um tempo para melhorar o seu desempenho, e voltam com o conhecimento necessário para estar na determinada série matriculado.

1.4 A Legislação e as estratégias inclusivas do Sistema Educacional Brasileiro

Segundo os dados do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB) de 1997, do MEC, a distorção série/idade atinge fortemente os alunos da rede pública e é mais intensa no final do ensino fundamental indicando, simultaneamente, a entrada tardia na escola, por parte daqueles segmentos da população que dependem da escola gratuita para se escolarizar, e as dificuldades de uma escolarização básica regular – sem repetências ou interrupções.

Evidencia-se que a repetência, o abandono e a evasão escolar, são problemas crônicos que sempre estiveram presentes na história da Educação escolar do país, assim, originando o fracasso, o insucesso, uma deficiência grave para o aluno, levando-o a perda da auto-estima. A problemática da repetência é inerente ao sistema educacional brasileiro como afirma Ribeiro ao dizer que:

Mesmo correndo o risco de ser simplista e reducionista, achamos que a prática da repetência está na própria origem da escola brasileira (...) Parece que a prática da repetência está contida na pedagogia do sistema como um todo (...) como se fizesse parte integral da pedagogia, aceita por todos os agentes do processo de forma natural. (RIBEIRO, 1991, p.83)

Vimos na afirmação de Ribeiro, apesar da antiguidade do problema da repetência e seus desastrosos efeitos sobre o desempenho do aluno e da eficácia do sistema educacional como um todo, até os anos 80, existia uma grande lacuna no que se diz respeito à formulação de políticas públicas para rever este quadro caótico. Somente a partir da década de 1990, podemos observar em termo de melhoria da produtividade e da eficiência deste sistema.

Como por exemplo a participação do Brasil na Conferência Mundial sobre Educação para todos¹ em Jomtien, Tailândia, cujos principais resultados e posições consensuais foram sintetizados na Declaração Mundial sobre Educação para Todos e no Plano de Ação para Satisfazer as Necessidades Básicas de Aprendizagem.

Em resposta aos compromissos assumidos na mencionada Conferência, o Ministério da Educação (MEC), apresentou vários esforços no sentido de colocar em prática as obrigações e promessas assumidas, criando dentre outras, as seguintes medidas, planos ou políticas governamentais, visando à melhoria da qualidade do ensino e à maior eficiência do sistema, destacamos: Plano Decenal de Educação para Todos 1993-2003, elaborado a partir de amplo debate nacional, por meio da mobilização de diversos segmentos da sociedade civil e da efetiva participação dos Estados e municípios; Plano Político Estratégico 1995-1998: reforça compromissos já assumidos no Plano Decenal de Educação para Todos e gera mecanismo essenciais para a implantação de uma educação de qualidade para todos.

¹ (A Conferência Mundial sobre Educação para todos foi convocada pelos chefes executivos do Unicef, do PNUD, da Unesco e do Banco Mundial)

Cabe destacar nesse sentido a criação de Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF) que implantado nacionalmente a partir de janeiro de 1998, vem sendo aceito como estratégia eficaz de combate à iniquidade e de garantia de elevação dos salários dos professores, corrigindo enormes injustiças na carreira do magistério, especialmente nas regiões mais pobres do País. A Publicação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) que, por meio da Lei nº 9.394, de dezembro 1996, estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

“ A educação abrange os projetos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.” LDB,1996

Constatamos que houve um significativo progresso na escolarização da população nesses últimos anos, um avanço rumo a universalização do ensino fundamental e médio. E como resposta a este, os governantes vêm priorizando as políticas de melhoria da qualidade do ensino, com efetiva ênfase na implantação de programas de correção do fluxo escolar.

II. CAPÍTULO

Alternativas à inclusão social como uma prática de humanização

2.1 - Os Programas Acelera Brasil e se Liga Paraíba na conjuntura educacional

A educação, em qualquer esfera, deve ser um processo ininterrupto e que possa atender às pessoas em todos os lugares onde estejam, visto que, diferentemente dos animais, os homens não nascem com suas capacidades desenvolvidas, é, pois, necessário, ao longo da vida, em seus relacionamentos e diferentes ambientes, aprender e ensinar, a partir do processo de humanização e da socialização e conhecimento.

"(...) acho que o mais importante de tudo isso é o seguinte: a humanização (ou seja, o que nos torna humanos, o que queremos ser) é um processo recíproco. Para que os outros possam fazer-me humano, tenho que os fazer humanos: se para mim todas as pessoas são como coisas ou animais, também eu não serei mais que uma coisa ou um animal. Por isso dar-se uma boa vida não pode ser diferente, afinal, de dar uma boa vida". (SAVATER, 1996).

A humanização possibilita a prática da educação inclusiva, na qual não só as pessoas com necessidades especiais, mas todas as mulheres e todos os homens, de todas as idades, no mundo inteiro, têm direito à EDUCAÇÃO. Infelizmente, desde a colonização do nosso país, esse direito é violado pela desigualdade social, gritante, que garante apenas a uma pequena parcela da sociedade uma educação de qualidade.

Contextualizando, historicamente, a humanidade carrega consigo a "exclusão", que tem se caracterizado num poder político, fortemente centralizado e concentrado na realeza. Uma sociedade, portanto, altamente estratificada e hierarquizada, baseada em privilégios, na qual à vontade do soberano regia os atos da vida pública e se impunha sobre os súditos, na busca de manter uma ordem social sem conflitos diante do qual o soberano era considerado neutro. Não havendo, portanto, cidadãos, mas súditos, indivíduos sujeitos ao poder do rei, enquanto indivíduos e não enquanto constituintes de camadas sociais.

Segundo Aurélio (2001), a palavra *inclusão* significa: abranger, inserir, introduzir, estar incluído. Desta forma, a inclusão é uma possibilidade que se abre para o aperfeiçoamento da educação escolar e para o benefício de todos os alunos, com e sem deficiência física, visual, auditiva, mental, entre outras. Depende, contudo, de uma disponibilidade interna para enfrentar as inovações e essa condição não é comum aos sistemas educacionais e aos professores, em geral. Por isso, se faz necessário a implantação de um sistema educacional inclusivo, o qual possa promover a socialização dos saberes e das práticas de todos os participantes dessa ideologia²: Educação Inclusiva.

A educação inclusiva é aquela que compreende a educação como um direito humano fundamental e base para uma sociedade justa e solidária. A escola para oferecer tal requisito necessita desde o seu P.P.P (Projeto Político Pedagógico) pensar neste, como instrumento teórico-metodológico, definido nas relações da escola com a Comunidade a quem vai atender, explicita o que se vai fazer, para quem se vai fazer e como vai fazer, favorecendo assim, o processo de desenvolvimento e de aprendizagem dos educandos da Comunidade como um todo.

2.2 Ambiente sócio-histórico do surgimento dos programas de correção de fluxo idade/serie Se Liga e Acelera Brasil

Os Programas de Correção do fluxo escolar tem como objetivo um processo de reinclusão daqueles que se encontravam defasados em seu percurso escolar. Para tal correção uma das alternativas é a adoção de uma política nacional de aceleração da aprendizagem, por meio de criação do Programa de Aceleração, que não é uma idéia nova e sim, influencia exercida no pensamento de alguns educadores brasileiro sobre o Programa Accelerated Schools, concebido na Universidade de Stanford e iniciado em 1986 no Estado da Califórnia, o Programa das Escolas Aceleradas tem em vista o sucesso escolar de alunos em situação “de risco”. A visita ao Brasil, 1992, de um de seus principais criadores, Henry Levin, possibilitou a disseminação da idéia das escolas aceleradas.

² Filosofia de vida; pensamento conjunto de valores e verdades que justificam as atitudes.

No entanto, os resultados requerem um longo e complexo processo, como não se pretende “proibir” nada, nem obrigar os diferentes níveis de sistemas de ensino a adotarem essa ou aquela medida, mesmo porque não é essa a orientação da legislação educacional, é preciso conquistar essa mudança pela indução, pela apresentação e divulgação de resultados positivos que possam ser multiplicados e estendidos a todo o sistema nacional de educação. É levar a compreender a necessidade de busca de alternativas para substituir a cultura de repetência por uma prática pedagógica voltada para o sucesso do aluno.

Certamente, solucionar dois problemas correlatos, porém distintos, o da correção do fluxo escolar e o da cultura da repetência. Com a proposta do Programa de Aceleração da Aprendizagem pretende-se, inicialmente, corrigir o fluxo escolar dos alunos das quatro primeiras séries do ensino fundamental que apresentam defasagem idade/série de dois anos ou mais. Embora recente, o Programa já se estendeu por quase todo o país, e os seus primeiros resultados, quase sempre favoráveis, começam a ser divulgado.

Tabela 1 – Número de convênios firmados por sistema administrativo e volume de recursos transferidos pelo MEC – 1998.

Sistemas administrativos	Nº de Convênios	Recursos (R\$)
Municípios (exceto capitais)	674	15.437.240
Estados	24	10.859.827
Prefeituras de capital	21	3.376.016
Total	719	29.673.083

Fonte: MEC/SEF, 1998.

A tabela 1 expõe que a aceitação de aceleração da aprendizagem já tenha sido assimilado e legitimado em todo o país. Para superar o problema da repetência e da regularização do fluxo escolar, é preciso que seja revigorado o esforço nacional, com a efetiva participação da sociedade civil. Nesse sentido, a parceria do MEC com Instituto

Ayrton Senna (IAS) tem sido exemplar, quando unem política de governo, políticas sociais com vistas a resolver problemas educacionais.

O Programa de Aceleração da Aprendizagem vem sendo acompanhado pela SEF/MEC, na sua execução financeira, bem como extra MEC, por pesquisadores e instituições especializadas em avaliação educacional. De acordo com pesquisa do SAEB 1997 enfocando o desempenho escolar dos alunos, o processo de reconstrução da auto-estima, o material didático utilizado e opiniões dos profissionais participantes deste programa, traz as conclusões de que os resultados, são sem dúvidas, uma possibilidade efetiva para que os alunos com defasagem de escolaridade retomassem seus estudos com regularidade. E o mais importante, é que o Programa está dando certo. A política educacional principalmente a empreendida pelo Banco Mundial aponta para o fato de que em um futuro não muito remoto, o País conseguirá superar o fantasma da repetência, fortalecendo o sucesso escolar.

E é nesta e com esta perspectiva que vamos estudar os Programas promovidos pelo Instituto Ayrton Senna e empresas parceiras em conjunto com estados e municípios de todo o país. De acordo com os documentos dos Programas, em estudo, o objetivo geral visa a reduzir a repetência, melhorando a qualidade e a aprendizagem de alunos nas séries iniciais do Ensino Fundamental e ainda resgatar e valorizar a auto-estima dos mesmos, levando o aluno a ter a certeza de que ele é capaz, fazendo-o acreditar em si mesmo.

O Programa Acelera Brasil começou em 1997 por iniciativa do Instituto Ayrton Senna (IAS) e contou com o apoio de outras instituições, como o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE/MEC) e a Petrobrás. Iniciando suas atividades em 15 municípios do Estado do Maranhão, passou a 24 municípios em 1998 no mesmo estado e depois contou com a adesão de mais dois Estados da Federação, Espírito Santo e Goiás, em 1999.

O Programa de Aceleração de Aprendizagem distinguir-se pelas seguintes características: trata-se de um programa de correção de fluxo escolar – a aceleração da aprendizagem é apenas uma estratégia para atingir o objetivo maior, trata-se de uma intervenção nas políticas educacionais, que tem como objetivo eliminar a cultura da

repetência nas escolas, não de mera intervenção pedagógica; o programa baseia-se em concepção e materiais testados previamente (o piloto foi testado no Maranhão, em 1995).

As linhas gerais os documentos da Aceleração da Aprendizagem abordam: Fortalecer e desenvolver o auto-conceito e auto-estima do aluno; Ensinar os conteúdos básicos das quatro primeiras séries; a dinâmica a ser empreendida em sala de aula; os recursos de apoio ao desenvolvimento do Programa; A sistemática de avaliação da Aprendizagem.

O Programa de Aceleração da Aprendizagem foi criado pelo CETEB (Centro de Tecnológico de Brasília) – Unidade do FUBRAE. Sua implantação tem caráter experimental, desde 1999, em 12 escolas estaduais da cidade de João Pessoa, abrangendo assim 1.350 alunos. Sendo alunos das três primeiras séries do Ensino Fundamental distribuídos em 52 turmas, totalizando 84 profissionais em educação. Por sua vez o professor(a) e o supervisor(a) terão aumento mínimo no seu salário, pois os mesmos permanecerão os dois expedientes na escola para melhor suprir as deficiências dos alunos.

O Programa objetiva:

1. Corrigir o fluxo escolar, numa rede de ensino, município ou estado, num prazo máximo de quatro anos;
2. Promover a aceleração da aprendizagem de alunos defasados, de forma a capacitá-los para em média, cursar a 5ª série, recuperando sua auto-estima e a elevação de seu autoconceito, como uma pessoa capaz de aprender e ter sucesso na escola;
3. Ensinar os conteúdos básicos das quatro primeiras séries, de forma interdisciplinar e integrada.

Fica entendido que o objetivo consiste em assumir um compromisso, no Estado ou Município, de adotar uma política onde a repetência em massa deixa de ser considerada normal, e a responsabilidade pela aprendizagem do aluno passa a ser da escola e do sistema educacional, a quem compete assegurar seu sucesso mediante a adoção de estratégias adequadas de ensino.

As prefeituras, governos estaduais e secretarias de educação assumem o comando da política de aprovação e a defesa dos interesses do aluno – a escola compete adotar pedagogias adequadas para levá-lo ao sucesso, e não mais manter políticas de repetência. Reprovar alunos em massa, ou aprová-los automaticamente passa a ser um comportamento inaceitável.

Novos desafios surgem na implementação do Programa Acelera Brasil, um deles decorre da surpresa de encontrar alunos multirrepetentes nas três primeiras séries, com mais de cinco anos de escolaridade, que eram totalmente analfabetos. Diante desta realidade é necessário desenvolvem-se programas emergenciais paralelos de alfabetização, tais como o Se Liga.

O Programa *Se Liga* tem por base o *Método Dom Bosco*: uma experiência com mais de 40 anos, nos Colégios Salesianos, com reconhecido sucesso, entre jovens e adultos, em todo o país, e que se inspira em duas orientações do educador Paulo Freire, a saber:

- Contextualização para a compreensão crítica do significado da leitura; e
- Uso de palavras-chave para promover essa contextualização.

Em 1999, o método referido se mostrou adequado para alunos mais jovens e, desde então, passou a integrar os materiais pedagógicos do *Programa de Alfabetização Se Liga*.

Destinado a alunos com distorção *idade-série*, *não-alfabetizados*, alunos estes das quatro séries do ensino Fundamental, o Programa de Alfabetização Se Liga consta de 42 (quarenta e duas) aulas que se caracterizam por um conjunto de atividades a serem desenvolvidas em um ou mais dias de trabalho pedagógico com os alunos.

No desenvolvimento de uma aula, o professor e os alunos buscam o sucesso, ou seja, vencer os desafios propostos a partir das palavras geradoras de novas aprendizagens. Cada aula constitui-se, portanto, em um projeto com começo, meio e fim, são ministradas na vigência de um ano letivo. As aulas são complementadas pelo caderno de atividades, pela Caixa de Livros de Literatura e pelos cartazes das palavras-chave. Algumas vezes os alunos necessitarão de esquemas paralelos de apoio escolar.

No entanto dentro do período (o ano letivo) todos os alunos devem sair devidamente alfabetizados, a fim de ingressar, ou não, no Programa Acelera Brasil.

O Programa Se Liga, traz como princípio metodológico a associação e relação de idéias, o que favorece o raciocínio do aluno na organização e elaboração dos pensamentos e, com isso, a internalização do conhecimento. Essa metodologia faz uso de palavras-chave que obedecem a uma exigência fonética – as sílabas vão sendo apresentadas, das mais simples para as mais complexas.

Adotou-se também como critério que cada palavra apresentada tenha um valor significativo; por isso mesmo, essa palavra deve ser da vivência e do contexto do aluno. A palavra-chave é apresentada através de um desenho, permitindo que o aluno associe o significado à grafia. A palavra-chave é também objetiva promover o diálogo dentro da sala de aula, podendo o aluno colocar-se como sujeito de sua realidade e de sua história, favorecendo assim a sua criticidade, ou seja, a possibilidade de ser a favor ou contra alguma coisa.

Da exposição do histórico de cada um dos programas, mencionados, podemos observar que cada um, individualmente, guarda suas características e filosofias próprias, no entanto, todos têm uma mesma finalidade: resguardar o aluno das distorções *série-idade*.

Dado o exposto e considerando que nenhum método, por mais eficiente que se pretenda, não é garantia de sucesso, podemos questionar: todas essas iniciativas da política de educação inclusiva têm colaborado para a humanização dos sujeitos envolvidos nessas mesmas políticas? Tem o aluno desses programas o mesmo tratamento dado aos às crianças ditas não portadoras dessas distorções? A tentativa de inclusão não tem levado á exclusão? Estas e outras indagações serão objeto de análise do nosso trabalho.

Traçamos uma reflexão a partir da seguinte provocação de um refugiado nazista que insiste ao dizer:

*“Prezado Professor”,
Sou sobrevivente de um campo de concentração. Meus
olhos viram o que nenhum homem deveria ver.
Câmaras de gás construídas por engenheiros
formados. Crianças envenenadas por médicos
diplomados. Recém-nascidos mortos por enfermeiras
treinadas. Mulheres e bebês fuzilados e queimados por
graduados de colégios e universidades. Assim, tenho
minhas suspeitas sobre a Educação. Meu pedido é:
ajude seus alunos a tornarem-se humanos. Seus
esforços nunca deverão produzir monstros treinados
ou psicopatas hábeis. Ler, escrever e aritmética só são
importantes, para fazer nossas crianças mais
humanas.” (Prisioneiro de um campo de concentração
nazista, depois de viver todos os horrores da II Guerra
Mundial).*

Neste depoimento pode está a resposta para perguntas como: Por que sou professor? Cada dia, em todos os nossos atos como educador é importante que saibamos utilizar a nossa autonomia e autoridade para compreendermos que somos eternos aprendizes que busca alcançar o sonho de uma educação para todos e com qualidade. De forma que venha a ser efetivamente inclusiva.

Ainda como projeto alternativo e com caráter preventivo já esta sendo implantado com metodologia semelhante ao Se Liga o Programa *A 1ª Série é Fundamental*, que visa a suprir a necessidade de estabelecer parâmetros para a normatização da vida escolar do aluno(a) das turmas de 1ª Série. O Programa visa, com isso, a oferecer indicadores de sucesso para o processo da aquisição da leitura, da escrita e do cálculo. Por isso, há uma exigência, um limite na faixa etária, ou seja, o aluno(a) pode ingressar na escola aos 6 anos e meio, desde que atinja os sete anos até 30 de junho do em letivo em curso.

2.3 A importância da valorização da auto-estima para o bom êxito dos Programas

Auto estima é a valorização de si mesmo, amor próprio. A capacidade de enfrentar os desafios da vida de cabeça erguida, a luta incondicional e incessante pela felicidade, confiar em si, acreditar nas suas qualidades. Amar-se verdadeiramente com qualidades e defeitos, sempre tentando fazer o melhor, mesmo que erre ou fracasse, ter a convicção que é digna(a) de amor e respeito.

A auto-estima é um requisito essencial para uma vida satisfatória, pois afeta todos os aspectos de nossa existência, é o caminho para o sucesso.

A auto-estima pode ser abalada pelo medo. Ele é o “maior inimigo do homem”, gera pensamentos, sentimentos, emoções negativas levando-o ao fracasso. É preciso que unamos a auto-estima + autoconfiança + auto-imagem, para assim, vencermos o medo e termos sucesso = conquista.

Alguns Sintomas de Baixa Auto-estima

Métodos de Controle

- **Medo / insegurança** – Mentalize que você domina o medo;
- **Ansiedade** – Não vivencie o passado nem o futuro, viva o presente;
- **Preocupação** – Não se concentre em um problema, se concentre na solução;
- **Nervosismo** – Mentalize calma e tranquilidade;
- **Ciúme** – Aprenda a se amar de forma incondicional e confiar na pessoa, desenvolva sua auto-estima, autoconfiança e auto-imagem;
- **Estresse** – Procure ter calma e serenidade, pratique mentalizações positivas, desabafe, ocupe sua mente com algo que lhe dê prazer, pratique exercícios físicos, verbalize seus sentimentos etc;
- **Timidez** – Desenvolva sua autoconfiança através de mentalizações positivas, enfrentando situações que lhe causa constrangimento e inibições;
- **Mau humor** – Nada o justifica, movemos 72 músculos para mover a testa e somente 14 músculos para sorrir. Então, sorria! Até mesmo dos seus próprios erros, com bom humor “os problemas” se resolvem mais facilmente.

Precisamos cultivar no nosso convívio palavras mágicas como: bom dia, boa tarde, boa noite, por favor, muito obrigado (a), não há de que, com sua licença, pois não, me desculpe... elas, mistificam o ambiente e harmoniza a alma, favorecendo a convivência com as outras pessoas e a motivação pessoal, valorizar o outro e ser valorizado, respeitar em sua individualidade, saber ser compreendido(a) e compreender em qualquer circunstância.

Segundo Fabian Stamate e Tânia Rangel, psicopedagogos, auto estima “é acima de tudo uma atitude para consigo próprio que vai sendo adquirida ao longo do crescimento e do desenvolvimento da criança”. Mas, para muitos outros autores, a auto-estima constitui o núcleo básico da personalidade, para outros, é a forma habitual, mais ou menos estável de pensar, sentir, amar, comportar-se e reagir consigo próprio, sendo obviamente uma estrutura dinâmica e passível de ser modificada.

Tais conceitos, afirmam que a forma como lidamos conosco, influencia na forma como lidamos com os outros, quer na vida profissional, familiar e escolar. Geralmente as pessoas aproximam-se pelas semelhanças e não pelas diferenças, desmistificando a crença popular de que os opostos se atraem. Se observarmos bem, quando admiramos uma pessoa dizemos: “que pessoa extraordinária! Agradável! Simpática!... parece comigo! No nosso íntimo atribuímos essas qualidades a nós mesmos”.

A atitude de elogiar tem efeito duradouro, o elogio tende a ir direto ao coração e à alma da pessoa e aí permanecer por um longo tempo, dando a pessoa credibilidade a si próprio e liberdade de se amar mesmo com seus defeitos e limitações e o melhor, a vontade incessante de lutar pelo seu sucesso.

II. CAPITULO

Alternativas à inclusão social como uma prática de humanização

2.1 - Os Programas Acelera Brasil e se Liga Paraíba na conjuntura educacional

A educação, em qualquer esfera, deve ser um processo ininterrupto e que possa atender às pessoas em todos os lugares onde estejam, visto que, diferentemente dos animais, os homens não nascem com suas capacidades desenvolvidas, é, pois, necessário, ao longo da vida, em seus relacionamentos e diferentes ambientes, aprender e ensinar, a partir do processo de humanização e da socialização e conhecimento.

“(...) acho que o mais importante de tudo isso é o seguinte: a humanização (ou seja, o que nos torna humanos, o que queremos ser) é um processo recíproco. Para que os outros possam fazer-me humano, tenho que os fazer humanos: se para mim todas as pessoas são como coisas ou animais, também eu não serei mais que uma coisa ou um animal. Por isso dar-se uma boa vida não pode ser diferente, afinal, de dar uma boa vida”. (SAVATER, 1996).

A humanização possibilita a prática da educação inclusiva, na qual não só as pessoas com necessidades especiais, mas todas as mulheres e todos os homens, de todas as idades, no mundo inteiro, têm direito à EDUCAÇÃO. Infelizmente, desde a colonização do nosso país, esse direito é violado pela desigualdade social, gritante, que garante apenas a uma pequena parcela da sociedade uma educação de qualidade.

Contextualizando, historicamente, a humanidade carrega consigo a “exclusão”, que tem se caracterizado num poder político, fortemente centralizado e concentrado na realza. Uma sociedade, portanto, altamente estratificada e hierarquizada, baseada em privilégios, na qual a vontade do soberano regia os atos da vida pública e se impunha sobre os súditos, na busca de manter uma ordem social sem conflitos diante do qual o soberano era considerado neutro. Não havendo, portanto, cidadãos, mas súditos, indivíduos sujeitos ao poder do rei, enquanto indivíduos e não enquanto constituintes de camadas sociais.

III. CAPITULO (ANÁLISE DOS DADOS)

A Educação Inclusiva na Escola Profissional Monte Carmelo

3.1. Metodologia

A Metodologia se deu a partir de uma pesquisa-ação. A elaboração consta de pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo, sendo esta última através de questionário e de observação. Socializamos os conhecimentos adquiridos, com a comunidade escolar através das reuniões de estudo durante o estágio supervisionado. A amostra consta de séries Se liga e Acelera sendo um numero de 12 alunos, 5 pais e de 8 professores envolvidos.

A pesquisa-ação diferencia-se da pesquisa participante, porque além da participação do pesquisador, pressupõe uma ação planejada que deverá realizar-se no decorrer da sua realização. O processo de pesquisa é realizado com avaliações e discussões no grupo tanto para redirecionar os planos, quanto para partilhar o conhecimento entre os envolvidos. Uma pesquisa é assim considerada quando:

... Houver realmente uma ação por parte das pessoas ou grupos implicados no problema sob observação. Além disso, é preciso que a ação seja uma ação não trivial, o que quer dizer uma ação problemática, merecendo investigação para ser elaborada e conduzida. (THIOLLENT, in Matos, 2001: 48).

O primeiro momento da pesquisa-ação é a exploração do local a ser pesquisado para diagnosticar o problema prioritário na visão do grupo. Avalia-se, então, a possibilidade de uma intervenção para sanar o problema identificado. É estabelecido, um compromisso entre os que participam do processo, que passam a planejar a ação, em reuniões, e seminários de discussão e avaliação.

A partir da problemática: os desafios da inclusão na educação e efetivação do projeto Tecendo reflexões sobre a Educação Inclusiva relatamos a seguir as atividades

realizadas com as oito professoras da Escola Profissional Monte Carmelo, sendo realizado no período de novembro de 2006 à maio de 2007, em 8 encontros perfazendo um total de 40 horas.

3.2 Análise do Estágio:

No primeiro momento para a apresentação da temática fez-se memória do objetivo educacional da Escola Profissional Monte Carmelo como resumidamente, a saber. A Escola Profissional Monte Carmelo foi fundada com o objetivo de resgatar a vida humana, promovendo crianças, adolescentes e jovens para serem bons cristãos e bons profissionais e com a missão de educar para a vida, para o temor de Deus, para paz, para a inclusão, para a cidadania, para o respeito à natureza e para o respeito de uns para com os outros.

A partir do objetivo e da missão da escola abriu-se a discussão sobre a necessidade de se promover uma educação inclusiva que venha atender as necessidades e dificuldades individuais de cada aluno e que o faça “sentir-se bem” ou seja, incluído no ambiente e conseqüentemente que tenha auto-estima. Ao longo do estudo as professoras identificaram e conceituaram o que seria auto-estima e apresentaram alguns sintomas e métodos de controle da baixa auto - estima.

No segundo momento, de forma estratégica, para levantamento do conhecimento prévio do grupo sobre o tema foi aplicado um questionário com 18 questões, as quais discutem a lei de criminalidade por atos de exclusão, o direito de participação dos alunos com deficiência, a metodologia das escolas ditas “regulares” e as habilidades que são subestimadas, atrofiadas, por causa do preconceito ou por falta das devidas atenções e cuidados que devem ser dispensados as crianças com alguma deficiência física ou mental.

Na perspectiva do número de erros e acertos do grupo de acordo com a legislação pode – se afirmar que o grupo já tinha um bom conhecimento prévio do assunto, uma vez que 57% das questões foram acertadas, 23% equivocadas e 20% desconhecidas. (ver roteiro anexo)

As questões mais acertadas foram as referentes ao direito das crianças com necessidades educativas especiais, ou seja, as professoras concordam “que recusar a matrícula de alunos por causa de uma deficiência é crime, que os pais de crianças com deficiência podem exigir a matrícula de seus filhos em qualquer escola, pública ou privada e que os professores da sala regular devem incentivar estudantes sem deficiência a fazer parte do processo de inclusão.

Os equívocos acontecem, ainda, devido o desconhecimento das capacidades e potencialidades destas crianças, como na questão de que “o professor deve propor atividades escolares mais fáceis para crianças com deficiência” e ainda sobre a deficiência visual referente as necessidades de a criança precisar de ajuda para ir ao banheiro e se alimentar na hora das refeições, se é útil para elas que a escola tenha placas de sinalização nas portas e corredores.

Concluimos, portanto que é um grupo de profissionais preparado humanamente para receber estas crianças, porém, como os demais profissionais do Sistema Brasileiro de Educação têm deficiências formativas, que dificulta o trabalho pedagógico efetivo com as crianças com necessidades educativas especiais.

No terceiro momento baseado no documento sobre princípios de educação inclusiva de 1994 da Declaração de Salamanca aprofundou-se a compreensão de escola inclusiva, esclarecendo que escola inclusiva é toda aquela que atende crianças com qualquer tipo de dificuldade de aprendizagem e que são excluídas por cor, religião, peso, altura, aparência, modo de falar, vestir ou sentir. A partir desta compreensão ficou-se entendido que uma escola para ser considerada inclusiva necessariamente não tem que ter crianças com deficiências físicas ou mentais, mas entender as dificuldades dos alunos em suas especificidades e atendê-las.

Em outra ocasião a partir das reflexões trazidas por uma equipe de educadoras que trabalham na área, publicadas em DVD pela Secretaria Educação a Distância, foram discutidos os seguintes temas: diversos aspectos da inclusão social; porque é difícil colocar em prática a inclusão social e alternativas para inclusão social.

Trabalhando os diversos aspectos da inclusão social aprofundamos os pontos: buscar para incluir - resgatar antes de perder; a valorização da auto-estima - sentir-se útil; aceitação e acolhimento - ser respeitado na sua particularidade e a estética da sensibilidade, ou seja, valorizar a criatividade, a afetividade e ter segurança para conviver com o incerto de cada o momento.

Em atividade coletiva as professoras traçaram os seguintes comentários sobre os temas. 1. Buscar para incluir “a solução é resgatar o aluno antes de perdê-lo, o acompanhamento atrai o aluno para a sala de aula”.

2. Sobre aceitação e acolhimento “as crianças devem ser respeitadas nas suas particularidades. Todas devem ser tratadas com carinho sem discriminação de cor, raças etc. devem sentir a aceitação de todos através da valorização, respeito e integração de todos no ensino”.

3. Na valorização da auto-estima comentou-se que “Desenvolver o que cada um tem, elogiando, respeitando suas idéias”. A estética da sensibilidade foi assim comentada “é podermos aproveitar a pluralidade cultural explorando a capacidade e sensibilidade de cada um”.

4. Na discussão das dificuldades para colocar em prática a inclusão social ressalta-se a importância de assumir os preconceitos que excluem efetivamente estas crianças até mesmo do próprio Projeto Político Pedagógico (PPP), quando este não traz ações a serem implementadas em função dos alunos com dificuldades de aprendizagem ou com alguma deficiência.

As dificuldades elencadas são desde o padrão estabelecido pelas escolas “ditas regulares”, e conseqüentemente excludente dos “irregulares”, dos diferentes segundo os padrões estabelecidos pelos que tirarão proveito deste sistema, a falta de preparação dos educadores que não se dispõem a assumir os desafios do novo, do diferente “síndrome do ainda não”, a falta de investimento do poder político na efetivação das leis homologadas em favor das pessoas com deficiência até a omissão da própria sociedade civil na reflexão destas questões.

Na escola deve-se prever no PPP espaços de colaboração e interação entre professores, diretores, supervisores também com instâncias de fora da escola para poder ter espaços de reflexões conscientizando sobre o que é preconceito, o que é exclusão...Esse é um processo complexo e a gente leva a vida inteira para desfazê-lo. Na opinião da professora. “Parece simples trabalhar com a inclusão, mas não é fácil admitir preconceitos”. (Professora F.P.).

As alternativas para a inclusão social foi tópico importante nesta reflexão à medida que impulsionou varias atitudes e iniciativas do grupo inclusive o levantamento de ações necessárias para a inclusão na escola.

No sistema escola também como no social é imprescindível a implementação de Políticas Públicas; Institucionalização do atendimento as necessidades educacionais especiais; Discursão no PPP a partir da gestão escolar vê a criança como um todo em construção; Expansão da reflexão das escolas especiais para todo o sistema educacional; Respeito e compromisso com a diversidade e com diferença; Trabalho colaborativo com toda a comunidade escolar em especial a família de cada criança; Formação permanente sobre este tema e sobre as deficiências especificas de cada criança, em grupos de estudo...

Aprofundando o tema no âmbito escolar, respondeu-se em 2 grupos as seguintes questões: Há preconceitos na escola? Como a avaliação escolar produz exclusão? E quais outros aspectos na escola são discriminatórios? No entanto como podemos conferir, há divergência entre as idéias mencionadas.

O primeiro grupo diz que “Os preconceitos sempre existem em todos os seguimentos sociais. Na escola não poderia ser diferente, mesmo que a escola seja particular e de elite sempre vamos observar os mais diferentes tipos de preconceitos.” A avaliação escolar pode ser tanto inclusiva quanto exclusiva à medida que promove ou não o aluno. A relação de poder e de status existente entre as categorias de trabalhadores da educação como corpo docente e auxiliares.

Para o segundo grupo não existe preconceitos na escola, pois esta “acolhe os alunos para formar cidadãos para o futuro”. Acredita ainda que a avaliação não é fator

excludente e que escola “não discrimina o aluno em nenhuma situação, e sim não podemos trabalhar com crianças com necessidades especiais.”

Como atitudes assumidas pela Escola Profissional Monte Carmelo foram elencadas: a aceitação dos programas de correção de fluxo serie/idade, respeito para com todos os funcionários e pais da escola, trabalhos em parceria com o conselho escolar, construção do PPP em conjunto e atualização periódica do mesmo, atenção personalizada a família das crianças com dificuldades de aprendizagem e aos alunos.

E como alternativa tem os planejamento e departamentos, reuniões com pais professores e direção, programas de correção de fluxo serie/idade Se Liga, Acelera, o projeto Central de Material Didático em parceria com a Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, projetos temporários de esporte, de lazer, e de aprendizagem, como gincana na semana da criança, a semana da leitura no mês de abril, feira de ciências e artes entre outros.

Foram destacados os Projetos Centrais de Material Didático que trabalha de forma personalizada com terapias as crianças dislexas. Estas são atendidas em grupo e individualmente com atividades psicopedagógicas e com análises do processo de desenvolvimento.

No tocante aos problemas de aprendizagem foi realizado um estudo teórico sobre dislexia a partir da cartilha da ABD (Associação Brasileira de Dislexia),

“A dislexia é uma específica dificuldade de aprendizagem da linguagem: em leitura, soletração, escrita e linguagem expressiva ou receptiva, em razão e calculo matemático, como na linguagem corporal e social. Não tem como causa falta de interesse, de motivação de esforço ou de vontade como nada tem a ver com acuidade visual ou auditiva como causa primária... dislexia, antes de qualquer definição, é um jeito de ser e de aprender; reflete a expressão individual de uma mente , muitas vezes arguta e ate genial, mas que aprende de maneira diferente.” (ABD 2004).

Para Amélia Hamze “Não existe cura para a dislexia, pois sendo um distúrbio o disléxico sempre será disléxico”. Mas pelo fato de ser irreversível não significa que o

aluno não seja capaz de aprender ele apenas necessita de um outro ritmo e de outro tipo de exercícios e atividades, de atenção particularizadas e de incentivo a auto-estima.

Frente a possibilidade de existirem alguns alunos disléxicos na escola a serem identificados pelo teste multidisciplinar foram trabalhadas algumas sugestões de atividade para alunos com tais distúrbios de aprendizagem. (ver anexo)

Os programas Se Liga e Acelera após corrigirem a distorção série/idade proporcionam ao aluno condições para ser incluído de volta na série do sistema “regular” estes também tem como objetivo trabalhar a auto-estima do aluno de forma que este se sinta capaz de interagir com os demais alunos.

Na segunda parte da coleta de dados realizamos entrevista. Como resultado podemos dizer que todas as professoras tem conhecimento e interesse nos programas, que estes já são aceitos na escola também pelas professoras e não mais só pela Direção. Quanto a efetivação dos resultados dos programas 60% dizem que é boa e apenas 20% dizem ser regular, já no tocante a aceitação dos pais foram quase unânimes, em responder que há aceitação, sendo que apenas uma disse que às vezes alguns não aceitam. Referente às habilidades desenvolvidas pelos programas da leitura, da escrita e do cálculo, liderança e participação 50% acreditam neste desenvolvimento e 30% não tem suficiente conhecimento do assunto. Todas concordam que os programas se mostram como um caminho para a pedagogia do sucesso e são unânimes em concordar que falta um maior número de material didático e remuneração para os professores dos programas.

Sendo avaliado como positivo o estágio desde a temática, a metodologia e aspecto formativo o grupo de professoras fundamentado nas reflexões tecidas em torno educação inclusiva elaborou um projeto com o tema “O mundo pode ser melhor respeitando as diferenças” e com o objetivo de promover a conscientização da comunidade escolar da Escola Profissional Monte Carmelo sobre a importância da educação inclusiva. O início das atividades aconteciam com músicas, textos reflexivos e dinâmicas de acolhida, favorecendo um ambiente acolhedor e inclusivo.

3.3 Análise dos questionários aos pais, professores e alunos.

A pesquisa basilar deste trabalho foi realizada nos programas Se Liga Paraíba e Acelera Brasil de correção de fluxo série/idade por serem estas ações inclusivas, ao mesmo tempo, que evidenciam o caráter excludente do próprio sistema educativo, ou seja, quando o sistema padroniza uma série para cada idade ele desconsidera as necessidades e condições específicas de cada aluno.

Com os pais os dados sobre os programas Se Liga Paraíba e Acelera Brasil foram coletados através de questionário. Trabalhou-se as questões sobre o conhecimento e a necessidade dos filhos na participação dos programas, as contribuições e as dificuldades dos alunos bem como a própria participação dos pais nas atividades de “Para Casa” dos filhos.

Os pais demonstram ter conhecimento dos objetivos dos programas e consciência das necessidades dos filhos por estar em distorção série/idade.

Na maioria dos casos não só houve mudanças na aprendizagem, mas principalmente na auto-estima e na motivação para continuar estudando, além de vários alunos serem promovidos de série.

Na aprendizagem há correção das falhas anteriores, quer da escola, quer dos alunos. Alguns casos de alunos do “Acelera” não conseguiram acompanhar o programa por falta da aquisição suficiente da leitura e da escrita.

A maioria dos pais tem dificuldades em acompanhar os filhos, por não ter os conhecimentos didáticos necessários e o “Para Casa” geralmente são respondidos pelas crianças que conseguem compreender dominar o conteúdo.

A maior dificuldade no programa é a indisciplina por conta das deficiências na aprendizagem, da distorção da idade e baixa auto-estima dos alunos, e por isso os pais dizem ser mais chamados na escola e participarem mais de reuniões.

As professoras entrevistadas têm 50% entre 06 e 20 anos de trabalho docente e 50% entre 20 e 35 anos, 75% tem formação superior e todas estão ligadas aos programas de correção de fluxo.

Avaliando o planejamento dos programas elas entendem que por ser sistematizado semanalmente ou quinzenalmente tem sido um instrumento de trabalho importantíssimo, quanto ao sistema de avaliação por ser diária e avaliar os indicadores de sucesso como presença, leitura e “Para Casa” favorece a identificação dos avanços e das falhas no processo ensino aprendizagem. Referente a metodologia avalia-se que embora seja muito burocrática contextualiza os conteúdos em um foco e assim centraliza a atenção do aluno.

Avaliação dos docentes quanto à aceitação dos programas por parte dos pais, da gestão e do corpo docente é de que há aceitação e valorização dos programas embora tenha passado por dificuldades ao serem implantados na escola.

Os pontos positivos destacados nos programas são: o método de alfabetização, a metodologia da aula, e o cumprimento das etapas e dos módulos propostos nos programas; e os negativos são: o atraso do material didático, a burocracia da sistematização dos dados.

Evasão dos programas é mínima, no entanto acontece por mudança de moradia das famílias dos alunos, por não adaptação às exigências dos programas e por desestruturação familiar.

As características necessárias aos docentes desses programas elencadas foram: dinamicidade, habilidades em alfabetizar, compromisso, disponibilidade, assiduidade, afetividade e formação profissional.

Os alunos e alunas dos programas Se Liga e Acelera, relatam que as disciplinas que mais gostam de estudar são matemática e português principalmente leitura, apenas 10% fez referência a ciências e a educação artística.

Mais de 50% repetiram séries anteriores entre duas e três vezes, por que não sabiam ler e escrever, não tinha notas boas, não prestava atenção nas aulas e porque não gostava da professora, essas eram as dificuldades nas “salas ditas regulares”. Ao vir para os programas 80% se sentiram muito bem e apenas 20% às vezes não gostam.

Nas aulas o que mais se gosta são as dinâmicas, as tarefas, o “Para casa”, as leituras e o que menos gosta são as brigas com os colegas, a desobediência a professora e a “preguiça.” Cerca de 40% dos alunos tem dificuldades com o “Para casa” e precisam de ajuda e 60% não tem dificuldades com o “Para Casa”.

A seguir encontramos algumas reflexões que se constituíram em breve conclusões para o momento.

CONCLUSÃO

Diante do estudo realizado e da socialização em estágio já apresentado sobre o tema: **Tecendo reflexões sobre Educação Inclusiva**, uma perspectiva de construir a dignidade para a vida do ser humano apresentando a vontade de aprender, fazendo parte do processo escolar, construindo e reconstruindo seu saber a partir de uma prática onde há o espaço para a diversidade, para as diferenças.

Já está na hora de todos se preocuparem com uma Educação inclusiva, e de que é necessário compreender a especificidade do educando, em qualquer que seja sua dificuldade, possibilitar para que todos tenham acesso à educação. É comum quando se fala em educação inclusiva se pronunciar apenas as escolas especiais, isto é preocupante porque se falam apenas nas necessidades educativas especiais, os ditos “normais” preferem ficar fora da discussão, e não se dá conta de que a educação – escola – só vai melhorar quando todas as provações de diferenças estiverem dentro da sala de aula, enquanto acharem que tudo é igual, vão fazerem de contas que a diversidade é verdadeira.

Incluir é respeitar as diferenças e dificuldades e apoiar as capacidades de qualquer aluno, abrir o olhar para todas as diferenças, tendo o cuidado de que quem deve alterar, ou melhor, transformar é o aluno, a escola faz a concessão para que ele seja integrado.

No processo de inclusão é de suma importância também é a Auto-estima, capacidade de sentirmos a vida, estando de bem com ela, confiança em nosso modo de pensar e enfrentar os problemas e o direito de ser feliz precisamos ter a sensação de que somos merecedores de nossas necessidades, desejos e desfrutar os resultados de nossos esforços. Enfrentar os problemas da vida, confiança em suas próprias idéias, respeito por si mesmo, valorizar e se sentir merecedor de amor e respeito por si e por parte dos outros, direito à felicidade, expor suas idéias, vontades e necessidades.

Mesmo sabendo que esta discussão precisa ser empreendida em todos os âmbitos da sociedade e que a limitamos de certa forma a política e a educação, e que

ainda tem muitos horizontes a transpor acreditamos que um dia as pessoas com deficiência ou diferenças serão atendidas em seus direitos e respeitadas tanto quanto as demais pessoas. Por assim acreditarmos este trabalho veio abrir espaços de debates e de conscientização e ao mesmo tempo inspirar atitudes e compromissos com esta causa afinal **“Nem todos que tentaram conseguiram, mas todos que conseguiram, tentaram um dia”**.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSIS, Ayrde da Luz Siqueira Alves de. *Módulo de Alfabetização*. São Paulo: Glebal, 2001.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 10520: Informação e documentação – citações em documentos – apresentação. Rio de Janeiro, 2002.

CETEB (Centro de Ensino Tecnológico de Brasília). *Programa de Aceleração da Aprendizagem: Orientações para o professor*. Brasília 2001.

CURY, Augusto Jorge. *Pais brilhantes Professores fascinantes A educação dos nossos sonhos: formado jovens felizes e inteligentes*; 11ª Ed. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.

DVD Escola. TVescola. Secretaria de Educação à distância. Ministério da Educação. Série Ensino Médio com Ciência; disco 24 Escola e Inclusão social. MEC. Brasil, 2004.

DUK, Cynthia.(org) *Educar na Diversidade: Material de Formação Docente – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação, 2005.*

INEP(Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais); Ministério da Educação. *Em Aberto: Programas de correção de fluxo escolar*. Vol. 17. Brasília, 2000.

JUNIOR, Luiz de Souza (org), et.al. *LDB Visões críticas*. João pessoa: Idéia, 1997.

OLIVEIRA, João Batista Araújo e. *A pedagogia do Sucesso: Uma estratégia política para corrigir o fluxo escolar e vencer a cultura da repetência*. 5ª Ed. São Paulo: Saraiva, Instituto Ayrton Senna, 2000.

OLIVEIRA, João Batista Araújo e. *Manual do Professor: Programa de aceleração*. São Paulo: Global: Instituto Ayrton Senna, 2001.

PROJETO DE EXTENSÃO *_Central de Material Didático PROBLEX/UFCG.*
2005

Seminário Estadual de Formação 4º SEF. Todos são capazes de Aprender; Paraíba,
2006.

Orientações Normativas para o Programa A 1ª é Fundamental – Governo do Estado da Paraíba – Secretaria da Educação e Cultura – Coordenadoria de Educação Básica (COEB). João Pessoa-Pb, 05 de maio de 2005.

[http:// www.brasilecola.com/pedagogia/dislexia. htm](http://www.brasilecola.com/pedagogia/dislexia.htm). Autora: educadora Amélia Hamze professora UNIFEB/CETEB e FISCO – Barretos. Em 29/12/2006.

[http:// www.dislexia.org.br/](http://www.dislexia.org.br/) Em 29/12/2006.

[http:// www.andislexia.org.br/](http://www.andislexia.org.br/) Em 29/12/2006.

[http:// www.wikipedia.org/wiki/Dislexia](http://www.wikipedia.org/wiki/Dislexia). Em 29/12/2006.

[http:// www.10emtudo.com.br/artigos_1.asp?codigoArtigo=69](http://www.10emtudo.com.br/artigos_1.asp?codigoArtigo=69) Em 29/12/2006.

ANEXOS

1. Diagnóstico da escola
2. Projeto de estágio
3. Cronograma do estágio
4. Projeto para a escola sobre educação inclusiva
5. Questionários de pesquisa
6. Entrevistas
7. Textos de apoio



Alunos da Escola Profissional Monte Carmelo na Gincana Cultural – 2006
Tema: Participação é Inclusão, Toda criança têm direito a Educação!



Educadoras da Escola Profissional Monte Carmelo – 2006
Estágio Supervisionado
Tema: Tecendo Reflexões sobre Educação Inclusiva

I - DIAGNÓSTICO DA ESCOLA

1. Dados de Identificação

Nome – Escola Profissional Monte Carmelo

Endereço – Rua Vicente Bezerra, 01 Bairro, Esperança.

Localização - A escola está situada na zona urbana do município de Cajazeiras, portanto os alunos se deslocam de suas casas até a escola sem a necessidade de transportes, já que a maioria habita o mesmo bairro.

Os meios de comunicação da escola são o telefone, o rádio e a televisão. O bairro da esperança onde está localizada a escola dispõe de serviços comunitários como: posto de saúde, serviço da “Patrulha Escolar” que consiste em visitas regulares da policia a unidade de ensino e a Escola Municipal de educação Básica Cristiano Cartaxo.

A atividade econômica da população (comunidade) é baseada no comércio, em mercearias no próprio bairro e com vendas ambulantes. A infra-estrutura é satisfatória, a iluminação, o abastecimento de água, a rede de esgoto e a coleta de lixo ocorrem regularmente na maior parte do bairro. Um dos eventos mais marcantes do bairro, é a encenação da Paixão de Cristo, que acontece com jovens da comunidade, na Escola Profissional Monte Carmelo, considerado atualmente pelo calendário de eventos da cidade, por atrair um grande número de pessoas.

2. Histórico

A Escola Profissional Monte Carmelo foi fundada há 56 anos, pelo bispo Dom Luiz de Amaral Mousinho e pela Madre Carmelita de Jesus, com o objetivo de resgatar a vida humana, promovendo crianças, adolescentes e jovens para serem bons cristãos e bons profissionais.

Foi inaugurada em 15 de fevereiro de 1951 sob a direção das Irmãs Missionárias Carmelitas, sendo a primeira diretora a Madre Carmelita, que, pelo seu espírito de luta e grande fé na providência divina, levou avante o desenvolvimento educacional

ministrando os seguintes cursos: culinária, corte e costura, bordado a mão e máquina, datilografia, copeiragem, flores, pintura, arte decorativa e o curso primário.

Todos os cursos eram oferecidos gratuitamente a jovens reconhecidamente pobres. Inicialmente, funcionava no Circulo Operário, com o passar do tempo, as instalações foram se tornando insuficientes, para a realização de uma educação de qualidade.

Em 1960, a congregação das Irmãs Missionárias Carmelitas iniciou a construção do prédio atual da Escola Profissional Monte Carmelo na rua Vicente Bezerra, Bairro da Esperança. Em 1980, a congregação firmou convenio com o Governo do Estado para melhor garantir o seu funcionamento. Desta forma continuamos assumindo a missão educacional, enfrentando os desafios da época e suas conseqüências, buscando reconstruir a vida humana dando oportunidade àqueles que não tem voz nem vez.

3. Estrutura Administrativa e Organizacional

Modelo de gestão

O processo de tomada de decisões e de comunicação, entre os diferentes segmentos da comunidade escolar, se dá de forma democrática e participativa. As relações entre os diferentes segmentos da comunidade escolar são de um modo geral harmoniosas com alguns conflitos apenas em relação a participação das professoras dos departamentos semanais na escola.

Os recursos financeiros são do FUNDEF, através do PDDE (Programa Dinheiro Direto Na Escola). Estes recursos enviados a escola a cada final do ano em uma única parcela de 1500,00 reais para ser investido nas necessidades mais urgentes da escola e na compra de material de expediente de secretaria e limpeza. E do programa da Merenda Escolar que distribuído em quatro parcelas durante ano para a compra da merenda tanto para esta escola quanto para uma escola filha.

A escola dispõe apenas do ensino da Educação Infantil, da Primeira Fase da Educação Básica e da EJA (Educação de Jovens e Adultos).

Quadro Docente e Matrículas

Atuamos com 17 professoras, distribuídas em turmas assim classificadas: 02 – Pré Escolar, 02 – 1ª série, 02 – 2ª Série, 02 – 3ª Série, 02 – 4ª Série, 01 – Sc Liga, 01 – Aceleração, 05 – EJA (Educação de Jovens e Adultos).

O quadro de professores da escola consta de efetivos cedidos de outras escolas (Desembargador Boto e Victor Jurema), pro-tempore e contratados do Governo do Estado da Paraíba. Essa situação foi fruto do Plano de Cargos e Carreiras do Governo Estadual atual, pois sendo esta Escola, só conveniada com o Estado e não Estadual, os professores efetivos que aqui permanecessem pediriam o direito de usufruir o Plano. Assim sendo, os professores efetivos tiveram que optar pela transferência para garantir o que lhe é de direito.

Quadro de Pessoal Administrativo e de Serviço em Geral

01 – Diretora Escolar, 01 – Coordenadora Pedagógica, 05 – Funcionárias assumindo as funções de merendeiras, secretaria e auxiliar da administração.

OBS.: o nível de formação das professoras, funcionários e administração, varia de alfabetizada a Pós Graduação. (Licenciaturas – Ciências com habilitação em Biologia, Letras, Geografia, Pós-graduação – Curso de especialização em Psicopedagogia; Pedagógico; Ens. Fund. Incompleto).

4. Estrutura Física e Material

A Escola Profissional Monte Carmelo, situa-se na rua Vicente Bezerra nº, Bairro da Esperança, na cidade de Cajazeiras- PB, funciona em um prédio da Congregação das Irmãs Missionárias carmelitas, alugado a Secretaria da Educação e Cultura do Estado da Paraíba, onde as condições físicas são boas, possui 06 salas de aulas, 01 sala de vídeo, 01 Secretaria e diretoria, 01 sala de professores, 01 sala de apoio, 01 sala de recepção, 01 Biblioteca, 01 cozinha, 01 refeitório, 01 depósito de merenda, 01 Caixa de água, 01

Almoxarifado, 03 banheiros, 06 sanitários, sendo 01 para os professores, 02 femininos e 03 masculinos e um pátio para recreação.

Recursos Físicos e Matérias

A Escola dispõe de recursos tecnológicos (televisão, vídeo, DVD, Computador, impressora, Caixa amplificadora, microfones, sistema de som). Bebedouros, Livros didáticos e material pedagógico. Ainda em cada sala de aula possui: birô, armário, ventilador, carteiras e cadeiras. Parte destes recursos é patrimônio do Estado, outra da própria escola, adquirido por meio de promoções de eventos com fins lucrativos para aquisição dos mesmos.

Material de expediente

Contamos apenas com o que é adquirido pelo recurso de manutenção do Governo do Estado da Paraíba o PDDE (Programa Dinheiro Direto na Escola), o qual, vem destinado a Escola para ser aplicado em Capital e Consumo da mesma, uma parcela anual que não é suficiente para suprir as necessidades pedagógicas executadas durante o ano letivo.

5. Proposta Pedagógica

Os principais documentos da escola são: Projeto Político Pedagógico; Plano de Ação da Escola, Estatuto da Escola ou Regimento Escolar e as Orientações e Diretrizes para o funcionamento do ano Letivo da secretaria de educação do Estado. Mas também estão sendo estudados e debatidos o Plano de Cargos Carreira e Remuneração para o Magistério e o Plano Estadual de Educação além da LDB (Lei de Diretrizes e Base). Conta nestes documentos tanto às leis do MEC (Ministério da Educação e Cultura) e da Secretaria de Educação do Estado, como também a Proposta pedagógica e administrativa da escola, elaborada pela comunidade escolar.

Projetos e ações planejadas e em execução para o ano letivo

Objetivo: Criar ambiente para o desenvolvimento de uma educação participativa na luta pela Paz, combatendo a violência, para uma plena realização dos direitos e deveres dos educandos em busca do conhecimento físico, psíquico e social dos alunos e suas famílias.

Atividades realizadas na Escola:

- Planejamento da Escola
- Planejamento Pedagógico P.P.P. (Projeto Político Pedagógico)
- Pinte na Escola (Dia Festivo de Acolhida aos educando juntamente com os seus familiares).
- Trabalhar Projetos como: Leitura, da Escola, da Cidade, Folclore Etc.
- Estudo da Campanha da Fraternidade – CF 2006 (temática social que a Igreja Católica estuda e reflete junto aos seus fiéis no período quaresmal, também podem serem ecumênicas, como é o caso deste ano.)
- Reunir Pais
- Celebrar Páscoa da escola, Professores e Pais.
- Organizar o esporte ampliando a modalidade (Futsal – atletismo – vôlei – tênis – handebol).
- Priorizar a arte plástica e cênica – Como instrumento de socialização.
- Criar uma bandinha infantil rítmica – pré-escolar, para desenvolver o gosto pela música.
- Criar grupo de dança.
- Promover encontros de estudo e reflexão para professoras
- Promover encontro de formação para as crianças da 3ª e 4ª séries
- Celebrar o mês de maio na escola
- Realizar a Gincana Cultural, não apenas competitiva, mas priorizar o tema e a cultura local.
- Organizar uma exposição de artes plásticas.
- Manter a tradição do Furrómelo.
- Celebrar o mês vocacional, missionário, da Bíblia e o Natal da Escola.
- Celebrar o Celebração de Formatura – concluintes Pré-Escolar e 4ª Série.

- Oferecer banho de ducha aos grupos que demonstram melhor desempenho das atividades.
- Entrega dos resultados bimestrais será feita nas salas de aula onde será apresentado o desempenho de cada aluno. Serão previamente avisados quando estiverem prontos.

6. Planejamento e sala de aula

Todas as atividades supracitadas são frutos do planejamento da coordenação administrativa e pedagógica juntamente com todas as professoras. O planejamento geral acontece uma vez no início de cada bimestre e o plano das atividades definidas para todo o ano é trabalhado semanalmente em um expediente extra dos professores na escola, ou seja, no “Departamento”.

7. Temática – Necessidade da Escola

Dentre tantos motivos a serem investigados percebemos que a Escola deixa muito a desejar com relação à educação ser obrigatória e legalmente indispensável a todo e qualquer indivíduo na dinâmica da sociedade moderna. Por exemplo, a Secretaria de Educação do Estado da Paraíba em cumprimento aos objetivos de escolarização diz: segundo a faixa etária pré-estabelecida pelo o Estado que: o aluno deve cursar obrigatoriamente o ensino fundamental entre os 07 a 14 anos.

No entanto, muitos alunos são obrigados a ingressar na adolescência e até mesmo na infância no mundo do trabalho e como a escola não trabalha pedagogicamente com essa realidade, ela torna-se desinteressante para eles, daí muitas crianças e adolescentes ficam fora da escola ou ainda tem uma educação de baixa qualidade, fazendo assim acontecer a evasão escolar. Esse processo gradativo de evasão ou exclusão escolar se dá devido vários fatores pedagógicos e sociais, muitas metodologias inadequadas e os problemas sociais mais diversos, como encontrar alunos na 4ª série no I nível de leitura, ou seja, que apenas domina o processo de decodificação dos signos lingüísticos e outras nem nesta fase.

Desta forma é sempre levado a reprovação e repetência, às vezes por vários anos, exigindo programas emergenciais para se reintegrar novamente no sistema. Este tipo de programa trabalha a inclusão escolar prevenindo contra o fracasso escolar. Frente a esta problemática da inclusão escolar vimos trabalhar mais especificamente os Programas de correção de fluxos idade – série SE LIGA e ACELERA e 1ª é Fundamental do IAS – Instituto Ayrton Senna implantados na Paraíba em 2004, mas que surgiram em 1998 e espalharam-se desde lá por todo o Brasil.

O campo de pesquisa será as turmas da Escola Profissional Monte Carmelo em Cajazeiras – PB, visando pesquisar: pontos positivos; pontos negativos; eficácia inclusiva e dinâmica metodológica. Tendo como objeto de estudo o professor e o educando. Do professor a prática pedagógica, do educando o seu processo de aprendizagem.

FRANCINALDA SOUSA LIMA

TECENDO REFLEXÕES SOBRE A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE – UFCG
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES – CFP
CURSO LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

CAJAZEIRAS – PARAIBA
2006

UNIVERSIDADE FEDERAL
DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
BIBLIOTECA SETORIAL
CAJAZEIRAS - PARAIBA

II - PROJETO DE ESTÁGIO

1. Dados de Identificação:

Título: Tecendo Reflexões Sobre a Inclusão Escolar

Curso/Centro – Licenciatura Plena em Pedagogia – Universidade Federal de Campina Grande – UFCG.

Responsáveis pelo Projeto – Francinalda Sousa Lima

Período de Realização: Março a abril de 2007

Local da Realização: Escola Profissional Monte Carmelo

2. Justificativa:

A sociedade globalizada exige um processo de inclusão, de quebra de preconceitos, de aceitação do outro inerente a sua condição de sociedade interplanetária, ou seja, aldeia global. A sociedade atual tem lugar para todos, por isso, requer alternativas de inclusão econômica, cultural, educacional etc, onde cada um faz parte de um todo, com suas limitações e seu jeito de ser.

Neste contexto, não se concebe mais uma educação padronizada, isto é, a escola não pode ter um padrão fixo, e sim, se adequar as necessidades de seus educandos nos mais variados tipos de educação: Indígena, Jovens e Adultos, Rural, Portadores de Necessidades Especiais.

Os Programas Acelera Brasil e Se Liga Paraíba, de correção de fluxos série/idade em estudo na Escola Profissional Monte Carmelo, vêm sanar a defasagem de aprendizagem dos educandos, defasagem esta a grosso modo produzida por uma educação padronizada com salas de aula ditas regulares e conteúdos e horários fixos. Ou seja, estes programas são uma alternativa a um ensino que produz o fracasso escolar.

As escolas supõem a existência de turmas homogêneas, ou seja, os alunos devem corresponder a um nível de aprendizagem de acordo com a idade de 07 a 14 anos estabelecida pelo Ministério da Educação e Cultura – MEC para que o aluno

conclua o ensino Fundamental o que na maioria das vezes exclui quem não acompanha esse padrão.

Frente a esta constatação vimos refletir junto às professoras da Escola Profissional Monte Carmelo as reais e possíveis atitudes e ações pedagógicas, uma vez que a presença dos programas na escola revelam as deficiências das salas dita “regular”.

3. Objetivos:

3.1 Geral

Refletir junto aos professores, alunos, pais e gestores, temas sobre a inclusão escolar em seus diversos aspectos: étnico, racial, socioeconômico, portadores de necessidades especiais etc.

3.2. Específicos

- Identificar as dificuldades e contribuições dos programas Acelera Brasil e Se Liga Paraíba no processo Ensino Aprendizagem e correção de fluxos série/idade;
- Investigar as causas que levam os alunos a necessitarem dos programas de correção de fluxos;
- Identificar as Alternativas e Atitudes Inclusivas adotadas pela Escola;
- Elaborar projeto para a escola sobre a temática da Educação Inclusiva.

4. Conteúdo:

- Educação Inclusiva;
- Auto-Estima
- Programas de Correção de Fluxo série/idade;
- Dislexia
- Alternativas de Inclusão.

5. Metodologia:

Aulas expositivas; Debates; Dinâmicas; Produção e Exploração de textos.

6. Recursos

Humanos

- Francinalda Sousa Lima
- Maria Janete Lima

Materiais

- Aparelho de DVD e Televisão
- DVD
- Som e CD's
- Textos teóricos e reflexivos;
- Lápis e papel
- Cartazes

7. Avaliação

Avaliação contínua através de registro diário sobre as questões mais interessantes trabalhadas a cada dia, e no final do estágio, uma avaliação oral sobre pontos positivos e / ou negativos e suas contribuições para a prática inclusiva na escola.

8. Referências Bibliográficas

ASSIS, Ayrde da Luz Siqueira Alves de. *Módulo de Alfabetização*. São Paulo: Global, 2001.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 10520: Informação e documentação – citações em documentos – apresentação. Rio de Janeiro, 2002.

CETEB (Centro de Ensino Tecnológico de Brasília). *Programa de Aceleração da Aprendizagem*: Orientações para o professor. Brasília 2001.

CURY, Augusto Jorge. *Pais brilhantes Professores fascinantes* A educação dos nossos sonhos: formado jovens felizes e inteligentes; 11ª Ed. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.

DVD Escola. TVescola. Secretaria de Educação à distância. Ministério da Educação. Série Ensino Médio com Ciência; disco 24 Escola e Inclusão social. MEC. Brasil, 2004.

DUK, Cynthia.(org) *Educar na Diversidade: Material de Formação Docente* – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação, 2005.

INEP(Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais); Ministério da Educação. *Em Aberto: Programas de correção de fluxo escolar*. Vol. 17. Brasília, 2000.

JUNIOR, Luiz de Souza (org), et.al. *LDB Visões críticas*. João pessoa: Idéia, 1997.

OLIVEIRA, João Batista Araújo e. *A pedagogia do Sucesso: Uma estratégia política para corrigir o fluxo escolar e vencer a cultura da repetência*. 5ª Ed. São Paulo: Saraiva, Instituto Ayrton Senna, 2000.

OLIVEIRA, João Batista Araújo e. *Manual do Professor: Programa de aceleração*. São Paulo: Global: Instituto Ayrton Senna, 2001.

Projeto de extensão _Central de Material Didático PROBLEX/UFCG. 2005

Seminário Estadual de Formação 4º SEF. Todos são capazes de Aprender; Paraíba, 2006.

TEXTOS COMPLEMENTARES:

1. Sugestões aos professores-dislexia
2. Conhecimentos e aprendizagens da auto-estima
3. Orientações Normativas para o Programa A 1ª é Fundamental – Governo do Estado da Paraíba – Secretaria da Educação e Cultura – Coordenadoria de Educação Básica (COEB). João Pessoa-Pb, 05 de maio de 2005.

III - CRONOGRAMA DE ESTÁGIO

Data	Hora	Atividade	Responsável(is)
I		<p>1. Dinâmica de identificação de práticas inclusivas e/ou exclusivas. (listar de forma espontânea os nomes dos alunos, depois colocar uma característica para cada um deles) Traçar, por exemplo, comentários sobre a seqüência com a qual foi listado o nome dos alunos, qual a semelhança das características dos 05 (cinco) primeiros e a dos 05 (cinco) últimos. Teve dificuldades em lembrar o nome de algum aluno? Etc. Identificar nesses exercícios a presença de atitudes discriminatórias ou inclusivas.</p> <p>2. Texto - Auto estima – <i>Educar a auto estima: Elogiar antes de criticar</i> – p.143, cap. 8 – Pais Brilhantes & Professores Fascinantes – Augusto Cury.</p> <p>3. Produção e Exploração de textos – destacar os pontos principais da reflexão do dia, dando ênfase a algum conhecimento novo.</p>	Francinalda Sousa Lima

Data	Hora	Atividade	Responsável(is)
II		<p>1. Música Um passinho cá...um passinho lá...</p> <p>2. Texto – Auto estima – <i>Crescimentos e Aprendizagens com a Auto estima – Janete (autor desconhecido)</i></p> <p>3. DVD – Exposição sobre a inclusão social e escolar .</p> <p>Ponto de Reflexão: Exemplos de Escolas que se consolidaram na prática o espaço da diversidade.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Identificar as práticas destas escolas. <p>4. Produção e Exploração de textos – destacar os pontos principais da reflexão do dia, dando ênfase a algum conhecimento novo.</p>	Francinalda Sousa Lima

Data	Hora	Atividade	Responsável(is)
III		<p>1. Música – Águia Pequena (com bexigas na segunda vez)</p> <p>2. DVD – Exposição sobre a inclusão social e escolar .</p> <p>Debate sobre o vídeo -- exemplos das escolas.</p> <p>Ponto de Reflexão: Por que é difícil colocar em prática a inclusão social?</p> <ul style="list-style-type: none"> • “Escola que tem padrão é escola de ALGUNS”. Comente. <p>3. Produção e Exploração de textos – destacar os pontos principais da reflexão do dia, dando ênfase a algum conhecimento novo Discursão sobre o papel da Comunidade na Inclusão escolar</p>	Francinalda Sousa Lima

Data	Hora	Atividade	Responsável(is)
IV		<p>1. Música – Momento novo</p> <p>2. Dvd - Exposição sobre a inclusão social e escolar</p> <p>Ponto de reflexão – Alternativas para inclusão</p> <ul style="list-style-type: none"> • A escola dita “regular” tem que garantir o lugar para quem tem necessidades educacionais especiais. Comente. <p>3. Programas SE LIGA E ACELERA (pesquisa)</p> <p>4. Produção textual - Levantamento de Alternativas e Atitudes Inclusivas já adotadas pela Escola.</p>	Francinalda Sousa Lima

Data	Hora	Atividade	Responsável(is)
V		<p>1. Música – BE-A-BA (Elba Ramalho)</p> <p>2. Discursão do tema - <i>NECESSIDADE DOS PROGRAMAS SE LIGA E ACELERA (texto TCC)</i></p> <p>Ponto de reflexão</p> <ul style="list-style-type: none"> • Exposição do ponto de vista sobre os programas segundo as educadoras que lecionam os mesmos. <p>3. Programas SE LIGA E ACELERA</p> <p>1. Trabalho em grupo (identificação das práticas excludentes da escola)</p> <p>Questões: I. Há preconceitos na escola? Comente. II. Como a avaliação escolar produz exclusão? III. E que outros aspectos na escola são discriminatórios?</p> <p>2. Plenário</p> <p>6. Produção textual _ questões do trabalho em grupo.</p>	Francinalda Sousa Lima

Atitudes e	Hora	Atividade	Responsável(is)
VI		<p>1. Dinâmica - Teia de Aranha</p> <p>2. Discursão do tema – Dislexia</p> <p>3. Texto – sugestões aos professores</p> <p>Ponto de reflexão – Em seu magistério de sala de aula já se deparou com tal situação?</p> <p>4. Programa – Central de Material Didático – Depoimento de Janete</p> <p>5. Trabalho em grupo (identificação das práticas atitudes e atividades inclusivas a serem adotadas pela escola)</p> <p>Questões: I. Quais são as atitudes que precisamos mudar? II. Que atividades podemos desenvolver na sala de aula para incluir os alunos com dificuldades de aprendizagens? III. Dê sugestões de atividades inclusivas para a escola.</p> <p>6. Plenário</p> <p>7. Produção textual _ questões do trabalho em grupo</p> <p><u>OBS – trazer dinâmica do próximo encontro.</u></p>	<p>Maria Janete de Lima (orientadora) e Francinalda Sousa Lima</p>

Data	Hora	Atividade	Responsável(is)
VII		<p>1. Dinâmica – Trazida pelo grupo.</p> <p>2. Trabalho em grupo – Discursão e redação do Projeto sobre educação inclusiva</p> <ul style="list-style-type: none"> I. Tema – em comum II. Objetivos –em comum III. Justificativa grupo I IV. Embasamento teórico grupo II V. Atividades grupos I e II VI. Digitação e Conclusão – Janete e Francinalda <p>3. Plenário</p>	Francinalda Sousa Lima

Data	Hora	Atividade	Responsável (is)
VIII		<p>1. Dinâmico – Texto Reflexivo – Livro Pais Brilhantes e Professores Fascinantes</p> <p>2. Apresentação do Projeto – sobre Educação Inclusiva</p> <p>3 .Avaliação do estágio</p> <p><i>I. Contribuições do estágio</i></p> <p><i>II. Inconveniências do estágio</i></p>	Francinalda Sousa Lima

IV - PROJETO PARA A ESCOLA SOBRE EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Projeto: Tecendo Reflexões sobre Educação Inclusiva

Tema: O Mundo pode ser melhor Respeitando as Diferenças

1. INTRODUÇÃO

Como resultado do Estágio Supervisionado em Supervisão do Curso de Pedagogia, UFCG, vimos apresentar este projeto de intervenção como sinal de novas posturas diante das reflexões realizadas nos estudos sobre educação inclusiva: conhecimento e a valorização da diversidade, enriquecimento do processo educacional, que nos convida a mudanças na escola e na formação docente, para assim beneficiarmos todos os alunos. É necessário conscientizarmo-nos que somos responsáveis pelos resultados dos novos conhecimentos, realização de atividades desafiadoras que envolvem novas metodologias para a participação ativa de todos os educandos.

2. JUSTIFICATIVA:

Diante dos muitos preconceitos existentes em todos os seguimentos sociais, podemos perceber que na Escola também acontece tal prática, causando a exclusão de alguns. Nos mais diversos aspectos: como os colegas que são mais gordos, negros, lentos na aprendizagem etc. A escola quer enquadrar todos num padrão dito “normal” e vai modelando os seus educandos ao seu molde, esquecendo assim, que cada um é agente ativo do conhecimento, construtor do saber e protagonista da cidadania.

Considerando este estudo: *Tecendo reflexões sobre educação inclusiva*, compreendemos que a prática da inclusão social repousa nos seguintes princípios: aceitação das diferenças individuais; valorização de cada pessoa; convivência dentro da diversidade e aprendizagem através da cooperação. Vimos à valorosa contribuição e importância para nós educadoras da realização desta prática. Assim sendo, queremos favorecer modificações que ajude a pessoa com necessidades educativas especiais desenvolver e exercer a cidadania.

2. OBJETIVOS:

Geral:

Promover a conscientização da comunidade escolar da Escola Profissional Monte Carmelo sobre a importância da educação inclusão.

Específicos:

- Desenvolver com professores, alunos e funcionários atividades que proporcionem a Educação inclusiva a todos os envolvidos no processo educacional.
- Desenvolver atividades com as famílias dos alunos no sentido conscientizar sobre as diferenças e desníveis de aprendizagem, promovendo assim a inclusão de todos;
- Valorizar e estimular a auto-estima da comunidade escolar através de atividades diversas;

4. ATIVIDADES

- Palestras sobre praticas de uma escola inclusiva;
- Debates sobre esta temática com professores e pais dos alunos;
- Oficinas de Auto-estima;
- Estudos sobre as diversas necessidades educativas especiais;
- Parceria com outras entidades;
- Oficina de leitura com Delian;
- Visita as famílias das crianças com necessidades especiais...

5. CRONOGRAMA

ATIVIDADES	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Palestra		X		X		X		X		X	
Debates		X		X		X		X		X	
Oficinas- Auto estima	X				X				X		
Estudos	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Parcerias	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Visitas	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X

6. BIBLIOGRAFIA

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 10520: Informação e documentação – citações em documentos – apresentação. Rio de Janeiro, 2002.

CETEB (Centro de Ensino Tecnológico de Brasília). *Programa de Aceleração da Aprendizagem: Orientações para o professor*. Brasília 2001.

CURY, Augusto Jorge. *Pais brilhantes Professores fascinantes A educação dos nossos sonhos: formado jovens felizes e inteligentes*; 11ª Ed. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.

DVD Escola. TV escola. Secretaria de Educação à distância. Ministério da Educação. Série Ensino Médio com Ciência; disco 24 Escola e Inclusão social. MEC. Brasil, 2004.

INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais); Ministério da Educação. *Em Aberto: Programas de correção de fluxo escolar*. Vol. 17. Brasília, 2000.

JUNIOR, Luiz de Souza (org), et.Al. *LDB Visões críticas*. João pessoa: Idéia, 1997.

OLIVEIRA, João Batista Araújo e. *A pedagogia do Sucesso: Uma estratégia política para corrigir o fluxo escolar e vencer a cultura da repetência*. 5ª Ed. São Paulo: Saraiva, Instituto Ayrton Senna, 2000.

OLIVEIRA, João Batista Araújo e. *Manual do Professor: Programa de aceleração*. São Paulo: Global: Instituto Ayrton Senna, 2001.

V - QUESTIONÁRIOS DE PESQUISA

I – ALUNOS

1. O que você gosta de estudar?

2. Você repetiu alguma série antes? Qual e quantas vezes?

3. Porque você repetiu de série?

4. Quais as dificuldades que você tinha na outra sala de aula?

5. Como você se sente ao vir para o programa?

Bem () Muito bem () Não gosto () Gosto as vezes ()

6. Quais as diferenças desta para as outras salas de aula?

7. O que você mais gosta e o que menos gosta nas aulas do programa?

8. Você tem dificuldades com o Para Casa? Quais? Precisa de ajuda?

II – PAIS

- 1) O que você entende do programa que seu filho participa?
- 2) Porque seu filho(a) necessitou participar do programa?
- 3) Houve mudanças no seu filho? Quais?
- 4) Em que o programa contribui na aprendizagem do seu filho(a)? Em qual aspecto?
- 5) Você acompanha seu filho(a) nas atividades do Para Casa?
- 6) Seu filho(a) sentiu algumas dificuldades no programa? Quais?

III – EDUCADORES

Formação: _____

Tempo que trabalha em educação: _____

Forma de adesão ao programa: _____

1) Quem são os alunos que participam do programa em que você trabalha?

2) Como você avalia:

A) o planejamento _____

B) a avaliação _____

C) metodologia do programa que você participa? _____

3) Como você sente a aceitação do programa por parte dos pais, da gestão e do corpo docente da escola?

4) Quais os pontos positivos e negativos que você destaca no programa?

5) Existe evasão do programa? Se sim. Que causas você atribui a evasão?

6) Que características são necessárias aos professores dos programas de correção de fluxo?

7) Que características você possui que contribuem para o sucesso deste programa? _____

VI - ENTREVISTAS

I - Inclusão você esta preparada?

1. Recusar matricula de um aluno por causa de uma deficiência é crime?
2. Crianças com deficiência física necessitam de cuidados específicos na hora de se movimentara e participar de atividades na escola?
3. O professor deve propor atividades escolares mais fáceis para as crianças com deficiência?
4. Crianças cegas precisam de profissionais especializados que as ajudem a ir ao banheiro e a se alimentar na hora das refeições?
5. As crianças surdas são totalmente insensíveis ao som?
6. Pais de crianças com deficiência podem exigir a matricula de seus ilhós em qualquer escola, pública ou privada?
7. Quem apresenta comprometimento nos movimentos dos braços e também das pernas tem deficiência múltipla?
8. Se a crianças e cega ou tem baixa visão, é útil para ela que a escola tenha placas de sinalização nas portas e corredores?
9. Estudantes com deficiência pode ajudar colegas sem deficiência nas atividades?
10. Professores de a sala regular devem incentivar estudantes sem deficiências a fazer parte do processo de inclusão de colegas com deficiência?
11. A criança surda, com atendimento especializado, pode aprender a escrever no mesmo ritmo que as demais?
12. A criança cega tem condições de reconhecer o rosto dos colegas de classe?
13. Professores da sala regular pode adaptar matérias para facilitar a participação de estudantes com deficiência?
14. Os estudantes com deficiência devem opinar sobre as medidas adotadas para apóia-losna escola regular?
15. Crianças cegas podem participar das aulas de Educação Física?
16. Estudantes com deficiência mental conseguem desenvolver as habilidades de ler, escrever e fazer contas e ser independentes?
17. Mesmo dominados a língua de sinais, a criança surda pode aprender a falar?

18. Uma escola só pode ser considerada inclusiva quando tem crianças com deficiência?

II - Os Programas do IAS funcionam?

1. Como você ver a efetivação dos resultados dos programas citados uma vez que estes se propõem a alfabetização e aceleração da aprendizagem de alunos com deficiências cognitivas e que são repetentes em mais de um ano letivo.
() ruim () regular () boa () muito boa
2. Os programas enfrentam dificuldades, no tocante à aceitação por parte de pais e educadores por trazer em si uma polêmica, qual seja retirar do sistema dito "normal" de ensino os alunos para só depois devolvê-los evidenciando assim as dificuldades das crianças. Isto:
() não acontece () acontece () acontece as vezes
3. Os programas propõem se ao ensino da leitura, da escrita e do cálculo, habilidades basilares para a inserção na sociedade e conseqüentemente no mundo do trabalho atual que exige habilidades de liderança, gerenciamento, participação etc. Você:
() concorda () discorda () ou não tem conhecimento do assunto
4. Os programas em estudo se mostram como um caminho para a "Pedagogia do Sucesso" que se propõe a ajudar no crescimento individual e coletivo dos alunos, levando-os a acelerar a série, garantindo a permanência e desenvolvimento na série seguinte. Você:
() concorda () discorda () ou não tem conhecimento do assunto
5. De acordo com a leitura dos documentos que direcionam os programas a auto-estima dos educandos e educadores é parte diretiva do programa, de modo que todos os envolvidos possam atingir os objetivos do programa. Nessa linha de raciocínio, podemos questionar o desempenho administrativo dos programas, posto que existem contradições, quando os programas não disponibilizam os materiais necessários, nem a remuneração dos educadores participantes não é compatível com as horas dedicadas às atividades. Você:
() concorda () discorda () ou não tem conhecimento do assunto

VII - TEXTOS DE APOIO

I - Sugestões Aos Professores - Dislexia

A escola tem papel fundamental no trabalho com os alunos que apresentam dificuldades de linguagem. Destacamos algumas sugestões que consideramos importantes para que ele se sinta seguro, querido e aceito pelo professor e pelos colegas.

- O Dislético tem uma história de fracassos e cobranças que o fazem sentir-se incapaz. Motivá-lo, exigirá de nós mais esforço e disponibilidade do que dispensamos aos demais;
- Não receie que seu apoio ou atenção vá acomodar o aluno ou fazê-lo sentir-se menos responsável. Depois de tantos insucessos e auto-estima rebaixada, ele tende a demorar mais a reagir para acreditar nele mesmo;

Melhorando a auto-estima:

- Incentive o aluno a restaurar a confiança em si próprio, valorizando o que ele gosta e faz bem feito;
- Ressalte os acertos, ainda que pequenos, e não enfatize os erros;
- Valorize o esforço e interesse do aluno;
- Atribua-lhe tarefa que possam fazê-lo sentir-se útil;
- Evite usar a expressão "tente esforçar-se" ou outras semelhantes, pois o que ele faz é o que ele é capaz de fazer no momento;
- Fale francamente sobre suas dificuldades sem, porém, fazê-lo sentir-se incapaz, mas auxiliando-o a superá-las;
- Respeite o seu ritmo, pois a criança com dificuldade de linguagem tem problemas de processamento da informação. Ela precisa de mais tempo para pensar, para dar sentido ao que ela viu e ouviu;
- Um professor pode elevar a auto-estima de um aluno estando interessado nele como pessoa;

Monitorando as atividades:

- Certifique-se de que as tarefas de casa foram compreendidas e anotadas corretamente;
- Certifique-se de que seu aluno pode ler e compreender o enunciado ou a questão. Caso contrário, leia as instruções para ele;
- Leve em conta as dificuldades específicas do aluno e as dificuldades da nossa língua quando corrigir os deveres;
- Estimule a expressão verbal do aluno;
- Dê instruções e orientações curtas e simples que evitem confusões;
- Dê "dicas" específicas de como o aluno pode aprender ou estudar a sua disciplina;
- Oriente o aluno sobre como organizar-se no tempo e no espaço;
- Não insista em exercícios de fixação repetitivos e numerosos, pois isso não diminui a sua dificuldade;
- Dê explicações de "como fazer" sempre que possível, posicionando-se ao seu lado;
- Utilize o computador, mas certifique-se de que o programa é adequado ao seu nível. Crianças com dificuldade de linguagem são mais sensíveis às críticas, e o computador, quando usado com programas que emitem sons estranhos cada vez que a criança erra, só reforçará as idéias negativas que elas tem de si mesmas e aumentará sua ansiedade;
- Permita o uso de gravador;
- Esquematize o conteúdo das aulas quando o assunto for muito difícil para o aluno. Assim, a professora terá a garantia de que ele está adquirindo os principais conceitos da matéria através de esquemas claros e didáticos;
- "Uma imagem vale mais que mil palavras": demonstrações e filmes podem ser utilizados para enfatizar as aulas, variar as estratégias e motivá-los. Auxiliam na integração da modalidade auditiva e visual, e a discussão em sala que se segue auxilia o aluno organizar a informação. Por exemplo: para explicar a mudança do estado físico da água líquida para gasosa, faça-o visualizar uma chaleira com a água fervendo;
- Não insista para que o aluno leia em voz alta perante a turma, pois ele tem consciência de seus erros. A maioria dos textos de seu nível é difícil para ele;

Alunos disléxicos podem ser bem sucedidos em uma classe regular. O sucesso dependerá do cuidado em relação à sua leitura e das estratégias usadas.

Avaliação:

- As crianças com dificuldade de linguagem têm problemas com testes e provas:

Em geral, não conseguem ler todas as palavras das questões do teste e não estão certas sobre o que está sendo solicitado.

- Elas têm dificuldade de escrever as respostas;
- Sua escrita é lenta, e não conseguem terminar dentro do tempo estipulado.
- Recomendamos que, ao elaborar, aplicar e corrigir as avaliações do aluno disléxico, especialmente as realizadas em sala de aula, adote os seguintes procedimentos:
 - Leia as questões / problemas junto com o aluno, de maneira que ele entenda o que está sendo perguntado;
 - Explícite sua disponibilidade para esclarecer-lhe eventuais dúvidas sobre o que está sendo perguntado;
 - Dê-lhe tempo necessário para fazer a prova com calma
 - Ao recolhê-la, verifique as respostas e, caso seja necessário, confirme com o aluno o que ele quis dizer com o que escreveu, anotando sua(s) resposta(s)
 - Ao corrigi-la, valorize ao máximo a produção do aluno, pois frases aparentemente sem sentido e palavras incompletas ou gramaticalmente erradas não representam conceitos ou informações erradas;
 - Você pode e deve realizar avaliações orais também.

Se o disléxico não pode aprender do jeito que ensinamos, temos que ensinar do jeito que ele aprende.

A Legislação Referente À Educação Inclusiva

Declaração de Salamanca

(Documento sobre princípios de educação inclusiva de 1994)

Estabelece que a escola inclusiva é aquela que contempla muitas outras necessidades educacionais especiais: crianças que tem dificuldades temporárias ou permanentes, que repetem de ano, sofrem exploração sexual, violação física ou emocional, são obrigadas a trabalhar, moram na rua ou longe da escola, vivem em extrema condição de pobreza, são desnutridas, vítimas de guerra ou conflitos armados, tem altas habilidades(superdotadas) e as que, por qualquer motivo estão fora da escola (em atendimento hospitalar por exemplo). Sem esquecer daquelas que mesmo na escola são excluídas por cor , religião, peso, altura, aparência modo de falar, vestir ou pensar. Tudo isso colabora para que o estudante tenha cerceado o direito de aprender e crescer.

Legalmente já estamos construindo um rumo, existem documentos que “proíbem” a exclusão em especial a exclusão escolar como podemos verificar a seguir os quais serão comentados após as citações. Legislação / textos oficiais nas esferas internacional e nacional. ¹

- Declaração de Cuenca - UNESCO - Equador, 1981
- Declaração de Sunderberg - Torremolinos, Espanha, 1981.
- Resoluções da XXIII Conferência Sanitária Panamericana OPS/Organização Mundial de Saúde - Washington, DC, USA - 1990.
- Seminário Unesco - Caracas - Venezuela - 1992 - Informe Final.
- Declaração de Santiago - Chile - 1993.
- Assembléia Geral das Nações Unidas - New York, USA - 1993 - Normas Uniformes sobre a Igualdade de Oportunidade para Pessoas com Incapacidades.
- Declaração Mundial de Educação para Todos - UNICEF - Jon Tien, Tailândia - 1990.

¹ . Legislação referente a educação inclusiva por conteúdo escola. 22/07/2004

- Declaração de Salamanca - Salamanca, Espanha - Princípios, Políticas e Prática em Educação Especial - 1994 - criação e manutenção de sistemas educacionais inclusivos.
- Constituição Federal de 1988 - Título VI - "Da Ordem Social" - Art. 208 e Art. 227. Lei nº 7.853/89 - Dispõe sobre o apoio às pessoas com deficiências, sua integração social e pleno exercício de direitos sociais e individuais.
- Decreto nº 2.208/97 - Educação profissional de alunos com necessidades educacionais especiais.
- Parecer CNE/CEB nº 16/99 - Educação profissional de alunos com necessidades educacionais especiais.
- Resolução CNE/CEB nº 4/99 - Educação profissional de alunos com necessidades educacionais especiais.
- Decreto nº 3.298/99 - Regulamenta a Lei 7.853/89, dá-lhe condições operacionais, consolida as normas de proteção ao portador de deficiências.
- LDB nº 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) - Capítulo V - Educação Especial - Art. 58, Art. 59 e Art. 60.
- Portaria MEC nº 1.679/99 - requisitos de acessibilidade a cursos, instrução de processos de autorização de cursos e credenciamento de instituições voltadas à Educação Especial.
- Parecer CNE / CEB nº 14/99 - Diretrizes Nacionais da Educação Escolar Indígena.
- Resolução CNE / CEB nº 03/99 - Fixa Diretrizes Nacionais para o Funcionamento de Escolas Indígenas.
- Lei nº 10.098/00 - Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção de acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida e dá outras providências.
- Resolução CNE / CEB nº 2/2001 - Institui Diretrizes e Normas para a Educação Especial na Educação Básica.
- Parecer CNE / CEB nº 17/2001 - Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.
- Lei nº 10.172/2001 - Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras Providências (o PNE estabelece 27 objetivos e metas para a educação de pessoas com necessidades educacionais especiais).

Também os sistemas educacionais como instância da sociedade civil como um todo, tem desempenhado seu papel no desenvolvimento e efetivação das políticas afirmativas² asseguradas na legislação, desde a conscientização das novas gerações ao empreendimento de técnicas, artefatos, práticas e atividades concretas de inclusão.

No entanto os professores ainda não se sentem protagonistas deste processo que é mais social do que mesmo escolar. Justificando, é evidente que o processo de exclusão ou marginalização é feito pelos mecanismos sociais e não pela escola, esta só os reflete. A escola como aparelho ideológico do estado, ou seja, reproduz as relações sociais muitas das vezes até mesmo quando tem o poder de transformá-la.

Com isso não estamos dizendo que seja a escola responsável pela mudança da ordem social promovendo a inclusão, mas apenas agente de mudança de todo esse processo que passa por vários âmbitos desde o ético, o político, o social e o econômico bem como o cultural. A escola sem condições muitas vezes de um mínimo funcionamento lhes é conferida a responsabilidade de incluir e sucessivamente ascender socialmente.

Os destinatários do debate desta temática no Brasil atualmente são: pobres, negros e pardos, crianças e idosos, mulheres, homossexuais e portadores de incapacidades e deficiências físicas e mentais, ou seja, a população desfavorecida economicamente ou alvo de estigmas sociais de toda ordem, geralmente encontrados na periferia dos grandes centros urbanos e nas zonas rurais.

UNIVERSIDADE FEDERAL
DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
BIBLIOTECA SETORIAL
CAMPUS - PARAIBA

² Políticas públicas destinadas a grupos com características específicas organizados em função de uma deficiência ou exclusão social. EX construção de rampas para cadeirantes em todos os prédios públicos.

Músicas

1. Momento Novo (Ernesto B. Cardoso)

1. Deus chama a gente pra um momento novo,/ de caminhar junto com seu povo,/ É hora de transformar o que não dá mais;/ sozinho, isolado, ninguém é capaz.

POR ISSO VEM,/ ENTRAR NA RODA COM A GENTE, TAMBÉM/ VOCÊ É MUITO IMPORTANTE! (BIS)

2. Não é possível crer que tudo é fácil,/ Há muita força que produz a morte,/ gerando dor, tristeza e desolação:/ é necessário unir o cordão.

3. Na força que hoje faz brotar a vida,/ atua em nós pela sua graça./ É Deus quem nos convida pra trabalhar:/ O amor repartir e a força juntar!

2. O Bê-á-bá - "A criança tem direito a Educação, para desenvolver as suas aptidões, suas opiniões e os seus sentimentos de responsabilidade moral e social."

Quando a gente cresce um pouco/ é coisa de louco que fazem com a gente/ uma hora pra levantar, outra pra se deitar/ pra visitar parente/ Quando se aprende a falar,/ se começa a estudar, isso não acaba nunca./ E só vai saber ler, só vai saber escrever, quem aprender o bê-á-bá./ E além do abecedário, um grande dicionário vamos todos precisar. (bis)

Com A, escrevo amor,/ com B, bola de cor/ com C, eu tenho corpo, cara e coração./ com D ao meu dispor,/ escrevo dar vigor,/ com E, eu sinto emoção./ com F, falo flor, com G, eu digo gol./ e com H, de haver eu posso harmonizar./ com I, desejo ir, com J, volto já, com L, eu tenho luar./ com M, escrevo mão, mamão, manjerição./ com N, digo não, e o verbo nascer./ com O, eu posso olhar, com P, paparicar,/ com Q, eu quero querer./ com R, eu posso ri, com S, sapoti./ com T, tamanduá, com U, urubu bumar, com V, digo vivi, com X, faço xixi, e no fim do Z, da zebra.

3. Águia Pequena - Pe. Zezinho. Scj

Tu me fizeste uma das tuas criaturas/ com ânsia de amar/ Águia pequena que nasceu para as alturas/ com ânsia de voar/ E eu percebi que as minhas penas já cresceram/ e que eu preciso abrir as asas e tentar/ Se eu não tentar não saberei como se voa/ não foi à toa que eu nasci para voar...

Pequenas águias correm riscos quando voam/ mas deve arriscar/ só que é preciso olhar os pais como eles voam/ E aperfeiçoar/ Haja mau tempo, haja correntes traiçoeiras/ se já tem asas seu destino é voar/ Tem que sair e regressar ao mesmo ninho/ E outro dia outra vez recomeçar...

Tu me fizeste amar o risco das alturas/ Com ânsia de chegar/ E embora eu seja como as outras criaturas/ Não sei me rebaixar/ Não vou brincar de não ter sonhos se eu os tenho/ Sou da montanha e na montanha eu vou ficar/ Igual meus pais vou construir também meu ninho/ Mas não sou águia se lá em cima eu não morar...

Tenho uma prece que eu repito suplicante/ Por mim, por meu irmão/ Dai-me esta graça de viver a todo instante/ A minha vocação/ Eu quero amar um outro alguém do jeito certo/ Não vou trair meus ideais pra ser feliz/ Não vou descer, nem jogar fora o meu projeto/ vou ser quem sou e sendo assim serei feliz...